



ATA N.º 46/XI-3º/2015-16

1 - Aos vinte e sete dias do mês de julho de dois mil e dezasseis, pelas 21H00, no Edifício Sede do Poder Local da Freguesia do Feijó, sito na rua da Alebrança, no Feijó, realizou-se a Reunião da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Almada, com a seguinte agenda:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos

2 - Período de Antes da Ordem do Dia

3 - Período da Ordem do Dia

3.1 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre a “Desafetação do Domínio Público de parcela com área de 2.590 m², sita no Campo da Juventude ou Quinta da Areia, freguesia do Feijó” (alteração à deliberação publicitada pelo Edital n.º 123/X-4º - construção de unidade de apoio à terceira idade)

3.2 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre a “Alteração à Estrutura Orgânica dos Serviços Municipais”

3.3 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre a “Aquisição de imóvel, prédio urbano, sito na rua da Cooperativa Piedense, n.º 94, na Cova da Piedade”.

3.4 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre a “Aquisição de imóvel, prédio urbano sito na rua Bernardo Francisco da Costa, n.º 34, em Almada”.

3.5 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre o “Relatório do 5º ano de exercício de Monitorização de Operação de Reabilitação da Área de Reabilitação Urbana Simples de Cacilhas”.

2 - Instalada a Mesa constituída pelo Presidente Sr. José Manuel Maia Nunes de Almeida e pelas Secretárias Sr.ªs. Elisabete Peres Pereira e Sónia Tchissole Pires da Silva.

3 - Fez-se a chamada dos Senhores Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

3.1 - Responderam à chamada os seguintes Senhores Deputados Municipais:

José Manuel Maia Nunes de Almeida; Carlos Manuel Coelho Revés; Elisabete Peres Pereira; João Eduardo Alves de Moura Galdes; Sónia Tchissole Pires da Silva; Nuno Miguel Costa Gonçalves; Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho; Daniel Pedro Sobral; José Gabriel Guiomar Joaquim; Eva Sofia Borges de Araújo Gomes; José Joaquim Machado Courinha Leitão; Manuel Domingos Rodrigues Batista; Vanda Maria Barreiros de Lima e Silva; João Ricardo Lourenço Quintino; Pedro Miguel de Amorim Matias; Paulo Filipe Pereira Viegas; Ana Catarina Ribas Lopes; Luísa Maria Gama Varela; Paulo Alexandre Ribeiro Sabino; António Francisco Salgueiro; Pedro Manuel Nunes de Oliveira; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Alexandra Branco Ralo Barata Correia; Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre; Teresa Paula de Sousa Coelho; Ana Margarida Figueiredo Alves Luna de Carvalho; José Ricardo Dias Martins e Luís Filipe Almeida Palma.



4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 38º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 - Do Presidente procedendo ao anúncio das comunicações dos Senhores Deputados Municipais solicitando a substituição por ausência:

- O Sr. Deputado Municipal Bruno Dias, com ausência no dia 27 de julho, (Ent. nº 6529/XI-3º), (**Conforme Anexo I**).

- A Sr.ª Deputada Municipal Maria Luísa Monteiro Ramos, com ausência no dia 27 de julho de 2016, (Ent. nº 6529/XI-3º), (**Conforme Anexo II**).

- O Sr. Deputado Municipal José Alberto Azevedo Lourenço, com ausência no dia 27 de julho de 2016, (Ent. nº 6529/XI-3º), (**Conforme Anexo III**).

- O Sr. Deputado Municipal Nuno Miguel Macedo Marques Vitorino, com ausência no dia 27 de julho de 2016, (Ent. nº 6529/XI-3º), (**Conforme Anexo IV**).

- A Sr.ª Deputada Municipal Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça mendes, com ausência no dia 27 de julho de 2016, (Ent. nº 6566/XI-3º), (**Conforme Anexo V**).

- A Sr.ª Deputada Municipal Maria d'Assis Beiramar Lopes Almeida, com ausência no dia 27 de julho de 2016, (Ent. nº 6567/XI-3º), (**Conforme Anexo VI**).

- A Sr.ª Deputada Municipal Ana Marques Serra e Moura Salvado, com ausência no dia 27 de julho de 2016, (Ent. nº 6568/XI-3º), (**Conforme Anexo VII**).

- O Sr. Deputado Municipal Nuno Filipe Miragaia Matias, com ausência no dia 27 de julho de 2016, (Ent. nº 6551/XI-3º), (**Conforme Anexo VIII**).

- O Sr. Deputado Municipal Carlos Fernando Gonçalves Guedes, com ausência no dia 27 de julho de 2016, (Ent. nº 6561/XI-3º), (**Conforme Anexo IX**).

4.2 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:

- O Candidato Senhor António Abrantes de Almeida, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 27 de julho de 2016, do eleito Sr. Bruno Ramos Dias, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo X**).

- O Candidato Senhor Luís António de Matos Vicente, apresentado a sufrágio pela lista da CDU e que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 27 de julho de 2016, da eleita Sr.ª Maria Luísa Monteiro Ramos e por impedimento do cidadão Sr. José João Santos da Mata, da cidadã Sr.ª Filipa Raquel da Silva Barroso e do cidadão Sr. José Augusto Tavares Oliveira, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos XI, XII, XIII e XIV**).

- O Candidato Senhor Mário Filipe Burriga Nunes de Castro, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 27 de julho de 2016, do eleito Sr. José Alberto Azevedo Lourenço e por impedimento da cidadã Sr.ª Helga Cristina Rosa Ribeiro - PEV, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XV**).



- O Candidato Senhor Joaquim Machado Duarte, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 27 de julho de 2016, do eleito Sr. Nuno Miguel Macedo Marques Vitorino e por impedimento do cidadão Sr. Pedro Miguel Correia da Costa, da cidadã Sr.^a Ana Isabel Ricardo Pato Estevens e do cidadão Sr. Carlos Alberto Marques Machado dos Santos, **(Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos XVI, XVII, XVIII e XIX)**.
 - O Candidato Senhor Nuno de Avelar Pinheiro, ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 27 de julho de 2016, a eleita Sr.^a Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes, **(Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XX)**.
 - O Candidato Senhor Filipe Alexandre Pardal Pacheco, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 27 de julho de 2016, a eleita Sr.^a Maria D'Assis Beiramar Lopes Almeida, **(Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XXI)**.
 - A Candidata Senhora Luísa Maria Freire Galvão, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 27 de julho de 2016, a eleita Sr.^a Ana Marques Serra e Moura Salvado e por impedimento da cidadã Sr.^a Rita Margarida Cardoso Vieira, do cidadão Sr. Nuno Ricardo Cardoso Augusto e o cidadão Sr. Pedro Miguel Dias Rodrigues Perira, **(Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos XXII, XXIII, XXIV e XXV)**.
 - O Candidato Senhor Bruno Rafael Esteves Manso Ribeiro, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 27 de julho de 2016, do eleito Sr. Nuno Filipe Miragaia Matias, **(Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XXVI)**.
 - A Candidata Senhora Fátima Maria da Silva Nogueira Marras, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 27 de julho de 2016, do eleito Sr. Carlos Fernando Gonçalves Guedes, **(Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XXVII)**.
- 4.4** - O Presidente da Assembleia Municipal informou da comunicação da Junta da União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, em que para o efeito da alínea c), do nº 1, do artigo 18º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e devido a justo impedimento do Presidente do respetivo Órgão Autárquico, é substituído na presente Reunião da Assembleia Municipal pela eleita na Junta da União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, Sr.^a Ilda de Lourdes de Oliveira Dâmaso Garrett, **(Conforme Anexo XXVIII)**.
- 4.5** - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registou qualquer falta.
- 5** - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.
- 5.1** - Usou da palavra o Munícipe Exm.^o Senhor Tiago Frazão, residente na Charneca de Caparica.
- 5.1.1** - O Munícipe Exm.^o Senhor Tiago Frazão:
- “Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



O meu nome é Tiago Frazão, vivo na avenida Pedro Álvares Cabral, na Aroeira. Para quem não conhece é uma avenida que está paralela á avenida do Mar, por detrás do Aldi. Eu sei que vários vizinhos meus nos últimos anos, talvez nos últimos trinta, quarenta anos têm feito várias comunicações para a Câmara para tentar resolver o problema desta avenida. A questão é que esta avenida tem o nome de avenida mas é um caminho de terra batida, e acontece que no Inverno é lama em todas as casas e no Verão é pó. Nós temos feito cartas para a Câmara a pedir a resolução do problema, muitas sem resposta. Nós temos enviado e-mails a pedir a resolução do problema, muitos sem resposta. Nós fizemos um levantamento de assinaturas, talvez sejam cerca de cento e sessenta assinaturas, enviámos por carta registada à Câmara a pedir a resolução do problema, não tivemos resposta. Nesta avenida moram talvez, são mais de cem habitações, não estamos a falar de um caminho rural, estamos a falar de cem habitações. Com a construção do Aldi o movimento na avenida é tremendo, é de dia e de noite automóveis para cima, automóveis para baixo. Eu gostaria de saber porque motivos esta avenida ainda não foi pavimentada, a avenida tem as infraestruturas feitas, águas, esgotos, tem muitos passeios feitos. Coloquei algumas dúvidas se seria por um problema legal, penso que não. Se seria por um problema técnico, penso que não. Eu sou Engenheiro e não vejo lá nenhum problema técnico, resta-me o problema financeiro, acho que também não é, porque eu moro lá há pouco tempo e pago talvez uma das maiores taxas de construção do País. Eu paguei talvez uma pequena fortuna pela minha casa a nível de taxa de construção e é uma casa pequena, eu pago o meu IMI todos os anos e a taxa não é pequena, por isso dinheiro deve haver. Se há dinheiro gostaria de saber porque não é pavimentada e gostaria de saber sobretudo quando é que vai ser pavimentada.”

5.2 - Usou da palavra o Munícipe Exm.º Senhor Nuno José dos Santos Cerqueira, residente na Charneca de Caparica.

5.2.1 - O Munícipe Exm.º Senhor Nuno José dos Santos Cerqueira:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Com muito gosto estou aqui pela primeira vez numa Assembleia Municipal, pelo tema igualmente que aqui o meu vizinho trouxe relativamente aos arruamentos e às vias de comunicação da zona onde vivemos. Eu também sou morador da avenida António Pedro, nº 116, é um Condomínio novo, tem cerca de cinco anos é o Aroeira Village, desde essa altura que sei que foi prometido alguns arranjos nas imediações do Condomínio, foram feitos alguns, vi com todo o gosto três anos depois uma rega betuminosa a ser aplicada na avenida António Pedro e um bocado ali ocorrido também à Pedro Álvares Cabral, mas tudo o resto está por fazer. Cartas de reclamações e e-mails de reclamação que tenho feito, eu e a minha esposa relativamente ao problema do lixo que é um problema de saúde pública, os contentores de lixo, que indevidamente, também um pouco por falta de ética dos Cidadãos, vão despejando lixo à volta dos contentores. Responderam-nos em tempos que não tínhamos



o número de cidadãos suficientes na zona para que pudessem ter um ecoponto. Vejam só. Sugeriram-nos até que levássemos dentro das nossas viaturas até ao ecoponto mais próximo, são cerca de talvez quinhentos metros, entre duzentos, trezentos metros. Com isto tudo penso que não somos Cidadãos de primeira, acho que não somos Cidadãos de terceira, porque eu também pago os meus impostos, pago o meu IMI, paguei salvo erro na parte do Construtor o devido emolumento da construção do Condomínio. Pergunto eu, até quando é que nós vamos esperar que dentro de algum plano de pormenor aquelas avenidas sejam minimamente condignas àquilo que é qualquer utilização de estradas dentro do Concelho de Almada.”

5.3 - Usou da palavra a Munícipe Exm.^a Senhora Maria Conceição Campos Mendes, residente na Charneca de Caparica.

5.3.1 - A Munícipe Exm.^a Senhora Maria Conceição Campos Mendes:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu venho pelo mesmo motivo dos meus vizinhos. Escrevi uma carta há dois meses, com aviso de receção, não tive resposta nenhuma e eu também pago o meu IMI. Já estou a habitar ali há trinta anos e não se aguenta aquela rua (av.^a Pedro Álvares Cabral) é com um pó desgraçado que aquilo só prejudica a saúde. De Inverno é uma lama que ninguém pode ali passar, salpicam os muros todos das casas e não sei porque é que nós pagamos o nosso IMI e habitamos numa coisa destas. Eu acho que nós somos Cidadãos como os outros, acho que somos Cidadãos iguais aos outros. Se nós somos para pagar as coisas também temos que nos servir delas.

Os caixotes do lixo, podem lá ir agora vê-los até, desculpem a expressão, quando os despejam bichos deste tamanho estão nos fundos dos caixotes do lixo, até metem nojo. Digam-nos se nós podemos viver numa rua daquelas? Eu pedia aos Srs. que houvesse um bocadinho de consciência para que nos resolvessem aquele problema, porque não se aguenta. Não aguentamos. Não podemos pôr uma cadeira fora de casa, temos que ter as janelas sempre fechadas. Não sei o que é que se possa dizer mais e agradecia que pudessem nos resolver o problema.”

5.4 - Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra o Senhor Deputado Municipal José Joaquim Leitão, O Sr. Vereador Rui Jorge Martins, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal e o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

5.4.1 - O Sr. Vereador Rui Jorge Martins, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Algumas notas, no fundamental questões de fundo sobre a Aroeira e suas vias, não está cá a minha colega Amélia Pardal que tem a área do urbanismo, mas certamente muitos dos que aqui estão já terão discutido com ela esta questão das vias periféricas da Aroeira, que são questões que têm estado por diversos momentos e em vários momentos com projeto,



inclusive em cima da mesa. Nós temos um problema que quando as coisas não nascem muito direitinhas depois é difícil arranjar, e estamos a tentar arranjar há alguns anos, encontrando soluções. Tivemos num determinado momento as soluções que passavam por numa operação mista Câmara, Moradores e estão ali muitos lotes destacados, situações completamente distintas ao longo daquelas várias ruas, encontrar uma solução mista, projeto por parte da Câmara, intervenção de construção por parte dos Moradores. Havia ali um conjunto de soluções que estavam traçadas e delimitadas, meteu-se uma crise da habitação, meteu-se todo este problema e tudo ficou parado, tudo voltou para trás. De facto não houve a condição para avançar para aquilo que estava previsto e nesse sentido zeramos o contador desta coisa e vamos ter que fazer de raiz uma intervenção que obviamente corresponde e tem responsabilidade municipal.

Foi já assumido em diversos momentos que reservamos uma fatia do orçamento municipal no valor de sete milhões e meio de euros para resolver situações que consideramos que estão há muito tempo por resolver, são problemas que necessitamos de encontrar respostas e um conjunto de ruas que estão englobadas para serem intervencionadas são exatamente algumas destas ruas periféricas da Aroeira. A António Pedro é uma delas, a Pedro Álvares Cabral é uma situação distinta. A Pedro Álvares Cabral é uma situação distinta não tanto por uma situação de dinheiro ou falta dele, não tanto por uma situação até dos problemas que ali existem, haver desde uma Augi, a lotes destacados, a situações perfeitamente regularizadas, etc., não tem a ver com isto, tem a ver com um conjunto de diferenças de quotas de soleira que têm que ser resolvidas para se poder criar um pavimento continuo obrigando a alguma regularização, com alinhamento de muros, etc., é um conjunto de trabalho de urbanismo que tem que ser feito previamente a uma intervenção na Pedro Álvares Cabral. Há de facto um problema técnico que penso eu, não conhecendo a fundo como é que está neste momento, não consigo dizer mais do que isto, não sou Engenheiro, não sou urbanista. Daquilo que conheço existe um problema com quotas de soleira e com diferenças de quotas e tem que ser resolvido por questões de drenagem, por questões de construção de estrada, por um conjunto de questões técnicas, eminentemente técnicas, para além da questão da construção da estrada. São situações que queremos resolver. Consideramos que são responsabilidade municipal, obviamente e que temos os meios e que temos que ter condições para as resolver. E é o nosso compromisso de avançar com a resolução de problemas não só aqui na Charneca mas um bocadinho por todo o Concelho. Várias situações semelhantes que há muito tempo estão em vias muito degradadas que precisam de ser repensadas até no seu perfil, mas fundamentalmente criadas novas condições.

Depois há aqui uma outra questão que também foi colocada é que tem a ver com a recolha do lixo. Aqui penso eu, tem muito a ver com a deposição de monos, de aparas de jardins, situações de grandes monos. Existe de facto um trabalho feito com as Juntas de Freguesia e



Câmara Municipal em que todas as Juntas de Freguesia têm uma linha de recolha que pode ser marcada a recolha dos monos domésticos e as aparas de jardins. Telefonando, o número é gratuito, não se paga rigorosamente nada e garante-se que naquele dia marcado vai lá uma carrinha buscar aqueles resíduos. Isto existe. No caso da Charneca ainda existe uma outra solução que até tem uma carrinha pesada para permitir que exista uma maior condição de resposta. Infelizmente a utilização desta linha é muito residual, as pessoas optam muitas vezes e muitas vezes gente que é fora do Concelho de Almada por depor no meio da rua e criam-se verdadeiras montureiras, que é inaceitável. Temos que encontrar soluções, obviamente não estamos contentes, temos que encontrar respostas também ao nível da sensibilização das pessoas, mas mais do que a sensibilização, quando a sensibilização não chega há a censura, mas também há o pau. E muitas vezes tem que ser aplicado o pau e ele também tem que existir em circunstâncias como é o caso da Charneca. A Câmara Municipal e Junta de Freguesia tiram toneladas e toneladas todos os dias e não estou a exagerar quando digo todos os dias, daquelas ruas da Aroeira, de deposição mal feita de resíduos e temos que encontrar as respostas.

Depois a questão do ecoponto que também foi referida. A AMARSUL que neste momento é uma empresa de capitais maioritariamente privados, é uma situação como conhecem, o Município, a Assembleia Municipal, Câmara Municipal têm vindo a recusar, têm uma política que consideramos desde logo que não é de serviço público e não é de prestação de serviço público, quando tem um rácio habitante/ecoponto e não consideramos que isto seja o correto. A Câmara Municipal de Almada tem uma participação minoritária, mas tem uma participação na AMARSUL e tem vindo ao longo dos anos, antes de ela ser maioritariamente privada como é agora, sempre a exigir que este rácio não fosse uma questão meramente numérica de número de habitantes, número de ecopontos, mas que fosse uma resposta às necessidades das populações, até porque temos todos objetivos, todos que estão aqui assinaram nalgum momento de cumprimento de metas ambientais, etc. e que assim não são possíveis certamente, e que assim não incentivamos ninguém a cumpri-las. E mais uma vez faremos chegar esta reclamação à AMARSUL.”

5.4.2 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Duas notas apenas. Uma primeira nota relativamente a esta estratégia de intervenção que eu gostaria de sublinhar, assinalar e enaltecer. Quando nós falamos de democracia e de participação e de democracia participativa, nós devemos perceber que daquilo que estamos a falar é na possibilidade de os cidadãos se organizarem na defesa da sua qualidade de vida e na promoção dos interesses coletivos que são os seus. E nós vimos aqui que um conjunto de moradores numa zona de facto muito abandonada do nosso Concelho se organizaram e vieram aqui de forma cívica apresentar os problemas. Problemas esses que são problemas



que o PS neste Mandato e em Mandatos anteriores tem trazido, tem sublinhado. Esta era a primeira nota.

A segunda nota é a seguinte, mas será que todos os problemas podem ser resolvidos de repente por magia com uma varinha mágica? Todos nós sabemos que não. Sabemos que temos problemas acumulados e que esses problemas exigem um trabalho continuado para serem ultrapassados. Mas por mais complexo que seja o trabalho com que a Câmara se defronta, há um dever que não deve fugir, que é o dever de transparência e de explicitação de critério. É possível perspectivas, uma solução sistemática e integra de resposta a estas situações, situações de degradação de espaço público que afetam principalmente Freguesias como a Charneca de Caparica, a zona da Aroeira e também a Sobreda. É possível responder de forma sistemática, planeada, transparente e as pessoas têm direito a ter uma informação rigorosa sobre aquilo que podem esperar, quando podem esperar. E porque é que não é possível fazer mais depressa, e esse é o ponto fundamental. A demonstração de civismo que nós vimos aqui merece uma resposta e a resposta é esse esforço de apresentar de forma séria, estruturada, clara, o que é que se pretende fazer, como se pretende fazer e quando se pretende fazer.”

5.4.3 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Quero agradecer aos Municípes e às Municípes que aqui vieram trazer questões das vias estruturantes da Aroeira. Não é a primeira vez que esta questão aqui é colocada, não se trata como têm consciência disso de um processo de degradação, degradação significa que houve uma coisa que estava bem e deixou de estar bem, o que houve é uma coisa que esteve sempre mal e que tem que se pôr bem. Assim é que é verdade. Sempre esteve mal e tem que se pôr bem, portanto não há aqui um processo de degradação e sempre esteve mal e sabemos as razões porque é que sempre esteve mal. Também todos sabemos isso, não vale a pena falarmos sobre esse assunto. Para se pôr bem houve vários processos ou várias iniciativas e vários caminhos que foram encetados e que não se revelam profícuos, não se revelaram capazes de resolver o problema, também não vou falar nisso mas foi assim. Havendo até pessoas que há muitos anos até pagaram para que as vias tivessem sido feitas, esse processo não resultou também por razões que já repetimos várias vezes e que todos os que estão nesta sala têm obrigação de conhecer.

A Câmara Municipal assumiu neste Mandato que fazia as obras das vias da Aroeira. Está assim, nós vamos fazer as obras das vias da Aroeira, as estruturantes e as não estruturantes e como disse o Sr. Deputado, não é possível fazer tudo ao mesmo tempo. Para já houve uma dotação de sete milhões e quinhentos mil euros, dois milhões e quinhentos mil euros por ano e estamos a trabalhar para que os dois milhões e quinhentos mil euros sejam aplicados, investidos na regularização da situação das vias da Aroeira. Estabelecendo as prioridades e



dando conhecimento naturalmente aos moradores do processo. Naquilo de demore mais tempo admite-se que se possa fazer novamente se for caso disso, a tal rega asfáltica que não vai resolver o problema, pelo contrário, se chover muito e os carros lá passarem o que vai acontecer é que vai haver lá buracos onde os carros vão bater e vão furar os pneus, e sabemos que as regas asfálticas não serve, não nos interessa, mas pode remediar durante um ano ou dois anos. Se demorar muito tempo iremos fazer a rega asfáltica, mas aquilo que vamos fazer e que é o nosso compromisso e é para isso que os serviços estão a trabalhar, é resolver o problema das vias estruturantes da Aroeira.

O dinheiro que está colocado é plurianual, estão lá os sete milhões e quinhentos mil euros, dois milhões e quinhentos mil euros por ano, depois do Mandato acabar continuarão a estar no orçamento, porque hoje os orçamentos são plurianuais, como deve saber, é uma pessoa informada, já mostrou que é informado e sobre isso também tem obrigação de saber. Os orçamentos são plurianuais e portanto os dois milhões e quinhentos mil euros continuarão a lá estar ano a ano sucessivamente no quadro dos sete milhões e quinhentos mil euros e se for necessário mais dinheiro também com certeza se arranjará maneira de pôr lá o dinheiro para que as obras se façam. O que quero dizer é que a questão das vias estruturantes da Aroeira está assumida pelo Município, não há discussão. Agora com os moradores, sobre se ainda têm que pagar isto, ou se têm que pagar aquilo em relação à regularização dessa situação, fica claro, foi dito aqui, fica na Ata desta Assembleia que é assim. Agora em que data é que vai ser feita a Pedro Álvares Cabral, neste momento não sei. Sei que a que está em condições de muito rapidamente poder intervir é a António Pedro. Agora, não será a única, provavelmente a primeira em que se vai intervir é a avenida do Mar e depois suceder-se-ão todas as outras em sequência.

Em relação às questões dos resíduos. Os avisos e as queixas que os moradores nos fazem são sempre bem vindas, tanto em relação às questões da salubridade como em relação às questões das vias, como é óbvio. Mas em relação às questões concretas dos resíduos, chamar atenção para além do esforço acrescido que temos que fazer numa área que é sobretudo em extensão, é preciso compreender isto, também tem que haver e estamos a falar de pessoas que compraram aquelas casas, são pessoas que com certeza instruídas, trabalharam muito, sabem o valor do trabalho e sabendo o valor do trabalho e aquilo que custa a ganhar dinheiro também devem ter algum cuidado na forma como se comportam em relação aos seus vizinhos, em relação à comunidade, quando tratam das questões dos resíduos. Estamos a falar de pessoas instruídas, adultas e conscientes e a responsabilidade nesse aspeto em relação a muita coisa que vem aqui nesta situação e que o Sr. que interveio sobre esta matéria e que em primeiro lugar colocou a questão do lixo, achou que há também problemas de civismo. Há problemas de civismo sim senhor, há problemas de civismo e de facto nós não queremos entrar a multar por ali fora as pessoas que não põe o



lixo como devem pôr ou que utilizam mal a rede de recolha de resíduos. Isto não dispensa o sublinhar da responsabilidade que os Serviços da Câmara e os Serviços da AMARSUL têm em relação a assegurarem as condições de limpeza, não só a limpeza do lixo, mas também a limpeza das ervas, a limpeza de todos os outros espaços. Mas queria agradecer a vossa presença aqui e dizer-vos que a questão das vias estruturantes da Aroeira está em cima da mesa, tem os dinheiros e que teremos imenso gosto, a nossa equipa que está a trabalhar no projeto possa reunir convosco para que possam conhecer de uma forma exata em que pé é que as coisas estão e o que é que está a pensar fazer-se. Como o vosso contato está aqui serão contactados para poderem os nossos Serviços reunir convosco.”

6 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.

6.1 - Usou da palavra o Sr. Deputado Municipal Luís Palma, Presidente da União das Freguesias de Laranjeiro e Feijó (apresentando Voto de Pesar pelo falecimento da Cidadã Maria Carvalho).

6.1.1 - O Sr. Deputado Municipal Luís Palma, Presidente da União das Freguesias de Laranjeiro e Feijó (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Voto de Pesar pelo falecimento da Cidadã Maria Carvalho

Faleceu no passado dia 28 de junho em Almada, com 90 anos, a Cidadã Maria da Silva Carvalho, exemplo superior de dedicação à luta dos trabalhadores e do povo português contra o regime fascista, pela liberdade e pela democracia, por uma sociedade nova, justa e solidária.

Natural da Nazaré, filha do médico da terra, homem de ideias progressistas, que nada recebia das consultas a quem não podia pagá-las e de uma mulher do povo, de quem herdou os princípios de honestidade, de justiça e de liberdade, formou-se em Lisboa como educadora de infância na Escola Superior de Educação João de Deus.

Em 1948 aderiu ao Movimento de Unidade Democrática, o MUD Juvenil onde desenvolveu intensa atividade, tinha 22 anos.

Por influência de um dos irmãos, militante comunista e a atividade do MUD Juvenil, a par do conhecimento das lutas contra a ditadura salazarista, do polícia política, das torturas, prisões e até morte de lutadores antifascistas e das injustiças da sociedade, decide aderir e militar no Partido Comunista Português.

Maria Carvalho tinha 25 anos, corria o ano de 1951 e tem conhecimento das prisões pela PIDE de Álvaro Cunhal e de Militão Ribeiro, ligando-se definitivamente ao PCP e assim ao movimento político de combate ao regime fascista, passando à clandestinidade, com grandes sacrifícios pessoais.

Em 1952 assume a liderança da sua primeira casa clandestina.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Maria Carvalho foi uma das mulheres, grandes obreiras, das casas clandestinas do PCP, de apoio à ação política revolucionária e outras funcionando como tipografias onde era impressa a propaganda e a imprensa clandestina do PCP, tudo em papel muito fininho, para se esconder facilmente.

Esteve na clandestinidade durante 23 anos, até ao 25 de Abril de 1974.

Foi uma das mulheres comunistas que foram à luta e viveram durante anos clandestinas e por isso pagaram o preço mais alto que uma mulher e mãe pode pagar, a separação dos seus filhos - uma separação assumida revolucionariamente pela libertação do Povo, mas uma separação forçada pela ditadura fascista que governou Portugal durante 48 anos.

Cada vez que constituía uma nova casa clandestina tinha obrigatoriamente que inventar uma nova história e novas estórias de vida. Nas mais de duas décadas que viveu na clandestinidade certamente que criou e interpretou diversas e originais personagens.

Maria Carvalho afirmava, como por exemplo está refletido em entrevista ao “notícias magazine” que quando aceitou passar à clandestinidade assumiu consciente as dificuldades da separação total da família, o abdicar de quase tudo, passar privações, correr o risco de ser presa, torturada e até de ser assassinada.

Afirmava de que não se arrependia do que fez, que voltaria a fazê-lo se o tempo voltasse atrás - tinha optado, assumido, que para ficar com a Família, com os Filhos, com os Amigos, tinha que abdicar da luta revolucionária, e a luta a que se dedicou sendo também para uma vida digna da sua Família era sobretudo e determinadamente a luta do seu Povo, do Povo Português, pela Liberdade, pela Justiça, pela Dignidade Humana.

Depois da Revolução de Abril de 1974 fixou-se no Barreiro e pouco depois veio para Almada, onde exerceu diversas tarefas e integrando a direção Concelhia, onde permaneceu até aos seus últimos dias.

Foi uma mulher da resistência ao fascismo, de luta permanente pela liberdade e pela consolidação das conquistas de Abril.

Maria Carvalho faleceu no passado dia 28 de junho, poucos dias após o Município de Almada, por deliberação unânime da Câmara Municipal, lhe atribuir a Medalha de Ouro de Mérito e Dedicção.

Nestes termos a Assembleia Municipal de Almada reunida em Sessão Plenária no dia 27 de julho de 2016, manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento da cidadã Maria da Silva Carvalho, protagonista reconhecida da resistência antifascista e da construção da democracia e do Portugal de Abril apresentando aos seus três filhos, José, Joaquim e Ana as mais sentidas condolências, assim como ao Partido Comunista Português.”

6.2 - Verificado o quórum e não havendo mais pedidos de palavra passou-se à votação do documento.



6.2.1 - O Voto de Pesar pelo falecimento da Cidadã Maria Carvalho, apresentado pelo Sr. Deputado Municipal Luís Palma, Presidente da União das Freguesias de Laranjeiro e Feijó, foi aprovado por unanimidade.

6.2.3 - Seguiu-se um momento de silêncio de homenagem e em memória da Cidadã falecida.

6.3 - Para tratar de assuntos de interesse do Concelho, apresentarem documentos para votação ou debaterem documentos apresentados, usaram da palavra os seguintes Senhores Deputados Municipais: António Pedro Maco (apresentando Moção sobre Parque infantil com equipamentos adaptados “Oportunidade para todos”).

6.3.1 - O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção sobre Parque infantil com equipamentos adaptados “Oportunidade para todos”

Segundo a Convenção sobre os Direitos da Criança adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas e retificada também por Portugal, o seu Artigo 31º *“reconhece à criança o direito ao repouso e aos tempos livres, tal como o direito de participar em jogos e atividades recreativas próprias da sua idade.”*

Estabelece ainda a convenção que os estados que façam parte da mesma devem proporcionar às crianças o direito de participar plenamente na vida cultural e artística tal como adequar em seu benefício as mais diversas formas que promovam os tempos livres, as atividades recreativas, artísticas e culturais em condições de igualdade.

É nessa igualdade que os estados e demais responsáveis entre as quais as próprias autarquias, devem proporcionar às crianças com necessidades especiais um ambiente acolhedor onde as mesmas se possam sentir como parte da comunidade, contribuindo para o seu crescimento emocional estável e equilibrado ajudando a derrubar barreiras e preconceitos. Em seu abono, é fundamental que se possam criar todas as condições para que a integração de crianças com cuidados especiais, portadoras de deficiência ou mesmo de mobilidade reduzida ou condicionada seja plena no seu contexto psicológico, social e educativo e que possam ver suprimidas as barreiras não só sociais e estigmatizantes, mas também todas as barreiras físicas permitindo quer às mesmas quer aos pais e encarregados de educação, o acesso à mobilidade e ao uso dos espaços que devem ser comuns e inclusivos permitindo que também essas crianças possam ter direito e acesso à sua atividade ocupacional e às mesmas oportunidades conjuntamente com as restantes.

Posto isto, deve ser salvaguardado em nome dos direitos da criança a oportunidade de um convívio social e harmonioso ajudando a combater a indiferença proporcionando a todas aquelas que necessitam de cuidados especiais uma melhor e adequada inclusão e adaptação à sociedade

Desta forma, e porque os municípios têm entre os demais um papel estruturante no que diz respeito à mobilidade, às acessibilidades e à promoção da igualdade e luta contra a exclusão



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

e indiferença, a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária a 27 de Julho de 2015 na localidade do Feijó, defende:

Que a Câmara Municipal de Almada em articulação com as Juntas de Freguesia do concelho possam encetar todos os esforços adaptando o mobiliário urbano com vista à instalação de equipamento/brinquedos devidamente adaptados nos parques infantis, jardins, praças, parques públicos ou outros locais devidamente a considerar, que possibilitem às crianças portadoras de deficiências ou demais cuidados e necessidades especiais o usufruto do seu espaço comunitário a que têm direito em conjunto com as outras crianças e devidamente em segurança.”

A Moção que o CDS-PP vem apresentar a esta Assembleia Municipal é uma reapresentação de uma Moção que foi apresentada o ano passado e tem como finalidade a instalação de equipamentos adaptados para crianças com dificuldades a nível de locomoção e portanto portadores de deficiências. A finalidade desta mesma Moção tem a ver com a criação de uma Almada mais inclusiva. Fazendo um pequeno historial relativamente a esta mesma Moção apresentada o ano passado por parte do CDS-PP, a mesma na altura desceu à Comissão, a pedido de uma ou duas Forças Políticas e assim foi, a Moção desceu à respetiva Comissão para análise e discussão relacionada com este mesmo assunto.

Acontece que na altura e a ideia com que o CDS ficou, apesar inclusivamente a Câmara Municipal ter enviado também um documento relativamente a prestação de indicações e da posição que a Câmara Municipal tem relativamente a este mesmo assunto. O CDS-PP ficou na altura com a ideia de que esta Moção reapresentada novamente à Assembleia Municipal não haveria qualquer dúvida, tendo em conta os objetivos que na mesma está explanada para que fosse aqui aprovada e então desse encaminhamento por parte da Câmara Municipal de Almada para que fosse instalados então no Concelho esses mesmos equipamentos adaptados a crianças portadoras de deficiência. O entendimento que o CDS-PP também tem desta matéria é que não existem neste momento esses mesmos aparelhos, não é o mesmo entendimento pela resposta por parte da Câmara Municipal de Almada relativamente à posição do CDS-PP. Então passo aqui a enumerar a informação que a Câmara Municipal deixou em resposta que dá indicação que existem espaços de jogo e recreio inclusivos no Parque Infantil nascente do Jardim Urbano na Costa da Caparica; no Parque Infantil do Jardim Dr. Alberto Araújo, em Almada; no Parque Infantil da Praceta Ventura Porfírio, na Sobreda. Depois dá também indicação que existe espaço do jogo e recreio com equipamentos inclusivos e passo a citar a informação por parte da Câmara Municipal, “no Parque Infantil do Jardim Arco Iris Sul, onde há indicação de um baloiço, na Costa da Caparica”, dá indicação que são equipamentos inclusivos. E relativamente também ao Parque Infantil da Marisol, um baloiço, um jogo de areia, neste caso na Charneca de Caparica. Dá também aqui uma última



indicação relativamente aos mesmos espaços, um espaço de jogo e recreio projetados para inclusão, um Parque Infantil na rua Américo Amarelhe, na Sobreda.

Ora o entendimento que o CDS-PP tem relativamente a esta resposta e depois também de auscultar entendidos na matéria, é que efetivamente não existem aparelhos devidamente homologados e certificados para esta mesma finalidade. Se me permite, a CDU faz aqui uma proposta relativamente a este mesmo documento, depois foi falado também na Comissão onde há indicação e essa é a proposta de alteração ao qual o CDS-PP tem algumas dúvidas, que é a indicação e passo a citar “considerada a informação posteriormente prestada pela Câmara Municipal de Almada (portanto a informação que eu acabei de transcrever segundo o qual) se encontram já instalados em diferentes espaços de jogos e recreio infantis equipamentos inclusivos destinados a crianças portadoras de deficiência, e que esta dimensão dos direitos iguais e coletivos dos mais novos já se encontra considerada nos critérios de desenho, estudo e concessão de novos espaços deste tipo no Concelho.”. O CDS-PP tem o seguinte entendimento relativamente a esta proposta feita pela parte da CDU, o CDS-PP está no intuito para já retirar esta Moção, desde que e a pedido de requerimento à Câmara Municipal de Almada a Câmara Municipal possa devidamente esclarecida e devidamente comprovado, possa enviar os certificados e homologação relativamente a estas mesmos aparelhos aqui identificados e aí para que todos em consciência e devidamente esclarecidos possamos então trazer novamente esta Moção à Assembleia Municipal e votar em consciência.

Sr. Presidente da Assembleia se me permite, o CDS-PP irá então enviar um requerimento, vamos retirar esta Moção para já e fica a aguardar que a Câmara Municipal relativamente a estes aparelhos que aqui indica como sendo inclusivos, que tenham a devida homologação datada e tenham neste caso o devido certificado relativamente a este objetivo que aqui é apresentado.”

6.4 - No debate do documento apresentado usaram da palavra o Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, o Sr. Vereador Rui Jorge Martins, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal, e o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

6.4.1 - O Sr. Vereador Rui Jorge Martins, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal:
“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Naturalmente que as aquisições quando se fala em equipamentos inclusivos têm a inclusão, significa para todos e para a utilização de todos, em que permita que aqueles que têm mais dificuldade de acesso possam utilizar e os que têm menos dificuldade de acesso possam utilizar. E criando-se um equipamento como um garante à inclusão toda a gente acede. A preocupação que a Câmara introduziu nos equipamentos de recreio infantil e é essa a orientação que está dada para todos os equipamentos de recreio infantil novos que sejam aplicados, é que em termos do acesso, da utilização que permitam toda a abrangência de



utilizadores. É a orientação que existe e trabalhamos com concursos públicos facilmente verificáveis, com empresas credenciadas, com empresas que estão homologadas para produzir equipamentos que são inclusivos e que têm esta orientação nos cadernos de encargos que são postos a concurso. Penso que respondemos no fundamental àquilo que é a necessidade de inclusão, é para que todos possam utilizar e garantindo que aqueles com mais dificuldade possam utilizar, todos podem utilizar. É este o objetivo que temos e creio que nos equipamentos que foram descritos pelo Sr. Deputado Municipal, que foram objeto de resposta por parte dos Serviços da Câmara Municipal, essa garantia está dada e está já a ser utilizada. Pensamos que todos os equipamentos daqui para a frente terão que cumprir esse objetivo.”

6.4.2 - O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr. Vereador obrigado pela resposta que acaba de dar a esta Assembleia. Não colocamos em causa, como é evidente, que aqueles equipamentos que aqui são indicados por parte da Câmara Municipal estejam devidamente homologados para a utilização de todos, agora se puder ouvir os entendidos na matéria, aquilo que foi solicitado nesta mesma Moção não é este tipo de aparelhos. Sr. Vereador, se me permite e se consultar os entendidos na matéria, se consultarem estas escolas que tratam efetivamente com estas crianças, estes aparelhos que aqui estão e bem, não são equipamentos homologados e certificados para crianças portadoras de deficiência, e é isso que o CDS-PP vem aqui solicitar através desta Moção. E mais uma vez dizemos ainda bem que estão e que a Câmara Municipal se preocupa com esses mesmos espaços, agora relativamente ao cerne desta Moção não é isto Sr. Vereador, não é exatamente estes aparelhos que são aqui apresentados com esta mesma intenção na Moção que o CDS-PP apresenta. Não é especialista na matéria, mas se calhar devam ouvir mais os especialistas. O CDS-PP vai munir a Câmara Municipal de mais informação relativamente à ideia que o CDS-PP tem para esta proposta, teremos todos o gosto em fazer chegar informação especializada à Câmara Municipal, para que a partir daí se possa tomar a devida atenção relativamente a este problema.

E eu peço uma atenção especial a esta Assembleia Municipal, Sr. Vereador, Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara atenção a esta matéria.”

6.4.3 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Só esclarecer. Aquilo que o Sr. Vereador teve o cuidado de procurar esclarecer é de que os equipamentos que têm vindo a apetrechar os nossos parques infantis estão na indicação, no caderno de encargos que é feito pela Câmara, tem indicação que sirvam não só as pessoas sem deficiência como também pessoas portadores de deficiência, ou melhor crianças portadoras de deficiência. Ou seja, são universais, servem a toda a agente. É esse a



obrigação que está estabelecida no caderno de encargos e que iremos verificar em relação às diversas situações que aqui foram colocadas.

Uma outra coisa que também pode ter razão de ser, é existirem equipamentos só para pessoas com deficiência e eventualmente neste caso como poderão compreender sendo múltiplas as formas de deficiência pode haver equipamento destinado até determinadas formas de deficiência, porque há deficiência motora de várias naturezas, sejam mecânicas, sejam de coordenação, há várias. E é uma especificidade daquilo que estamos a tratar. Não estou a dizer que Almada não possa e até não deva ter equipamentos dessa natureza e eventualmente nos seus parques poder espalhar um ou outro equipamento com essa condição, mas é uma questão de outra natureza e compreendendo todos nós que tratando-se de equipamento para pessoas com deficiência as deficiências são múltiplas, são os membros superiores, os membros inferiores, como eu já disse de coordenação, para invisuais, para pessoas com problemas auditivos, há múltiplas formas de deficiência e há como sabem aparelhos que são mais adaptados a umas crianças e outros mais adaptados a outras crianças. Eventualmente quando se trata de crianças podendo até ajudar a estimular e a ultrapassar a deficiência de que a criança é portadora até com uma componente podemos dizer aí terapêutica. Não estou a excluir que essa possibilidade possa ser admitida, mas podemos estar a falar de coisas diferentes.”

6.4.4 - O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr. Presidente da Câmara, exatamente é essa mesmo a ideia desde o início, e a Comissão tratou dessa mesma questão. Eu penso que na Comissão todos os Partidos Políticos entenderam a finalidade dessa mesma Moção. O CDS-PP inclusivamente deixou alguns documentos, algumas fotografias relacionadas com essa mesma finalidade e Sr. Presidente da Câmara é exatamente, é mesmo essa a finalidade e esperamos. Mas de qualquer forma vamos retirar a Moção para dar algum espaço, digamos assim para que a Câmara Municipal se possa debruçar mais sobre esta matéria, visto que inclusivamente estes equipamentos específicos e como o Sr. Presidente disse e muito bem, destinados inclusivamente a estas mesmas crianças já existem em variados Concelhos do País. E portanto a questão que eu aqui deixaria era se o Sr. Presidente pudesse garantir relativamente à primeira solicitação que deixou era se podia garantir a segurança nesses equipamento que não destinados especificamente a crianças portadoras de deficiência, nós sabemos a resposta obviamente que não, mas se o Sr. Presidente deixou aqui esse repto e portanto o CDS-PP vai aguardar e mais para a frente voltaremos e estamos disponíveis se for preciso para uma discussão mais abrangente nesta matéria e voltaremos com certeza a apresentar esta mesma Moção.”

6.4.4.1 - A Moção apresentada pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP), foi assim retirada.



6.5 - Usou da palavra o Sr. Deputado Municipal Nuno Avelar Pinheiro para uma declaração política e o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

6.5.1 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Avelar Pinheiro (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

23 de julho de 1833, Batalha da Cova da Piedade

A 23 de julho de 1833, na Cova da Piedade, as forças liberais infligiam uma derrota decisiva às tropas miguelistas comandadas por Teles Jordão. Mesmo estando em minoria, as forças liberais destroçaram as tropas absolutistas que tentaram fugir por onde podiam, para o forte de Almada, em direção a Corroios. Teles Jordão, uma das personagens mais odiadas da História de Portugal, acaba enterrado em Cacilhas, diz a tradição que com uma mão de fora. Estava aberto o caminho para Lisboa e para a vitória definitiva da revolução liberal.

Depois da primeira tentativa de 1820, o liberalismo propunha-se mudar radicalmente o país. A soberania deixava de estar baseada no direito divino, para se basear na vontade popular. O regime liberal não só trouxe a liberdade e a soberania popular (ainda que o voto universal tenha levado muito tempo a chegar a Portugal), igualdade perante a lei, organização do estado moderno, ensino obrigatório, caminhos-de-ferro, industrialização (embora tardia). Foi o tempo de escritores tão importantes como Herculano, Garrett, Oliveira Martins, muito envolvidos na política, e igualmente de Eça ou Camilo. Também foi este regime a abolir escravatura e a pena de morte. A Inquisição já terminado com o primeiro liberalismo de 1820. A quantidade de bens (terras) improdutivo nas mãos da igreja e da coroa era vista como um entrave ao desenvolvimento do país e foram nacionalizados e vendidos em hasta pública. Apesar de nunca ter sido um regime politicamente tranquilo, com guerra civil pelo meio, a monarquia liberal manteve-se até 1910, e as liberdades continuaram até ao 28 de Maio de 1926.

A Batalha da Cova da Piedade é assim um acontecimento fundamental na História de Portugal. A sua importância não é inferior à do 5 de Outubro, ou do 25 de abril, largamente comemorados.

Outros locais importantes na vitória liberal marcam bem a sua participação: Angra do Heroísmo, Praia da Vitória, os nomes evocam as guerras liberais. A Invicta é-o porque apesar de cercada nunca se rendeu aos absolutistas. E Almada? Como lembramos este acontecimento de importância maior que aqui se desenrolou.

Este ano, mais uma vez, Almada nem evoca esta importante data. Existiu um pequeno monumento, creio que um trabalho de Pé-Curto, esculpido numa árvore, mas entretanto apodreceu. 23 de julho é só nome de avenida, sem grande referência ao significado da data. É um esquecimento que tem algo de misterioso, como fica olvidada uma data de tão grande importância



O respeito pela História e pelo património de Almada, e do país, exige-nos a preservação da memória desta batalha. Não chega assinalar a data anualmente (o que nem se faz), é preciso tornar viva a história. Há muitas iniciativas possíveis, podem-se lançar concursos para quem estude o assunto, dos mais jovens do 2º ciclo, às universidades; Estabelecer parcerias com centros de investigação universitários.

O mais interessante seria instalar um centro de interpretação da Batalha da Cova da Piedade num local em que esta aconteceu. Até há edifícios disponíveis, entre o Ginjal, o antigo posto da guarda de Cacilhas, ou já na Piedade, a antiga Escola Primária, ou algum dos edifícios que foram da família Gomes e se encontram ao abandono. Esta instalação exige recursos, mas não creio que seja incomportável, aliás de que os recursos utilizados teriam seguramente retorno turístico, mas sobretudo na construção de uma cidade que conhece melhor o seu passado.”

6.5.2 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente; Srs. Deputados Municipais;

Queria naturalmente agradecer a intervenção do Sr. Deputado a assinalar a data de 23 de julho, tendo a proximidade desta Assembleia tem todo o sentido, mas também dizer que não é verdade que as grandes datas e a história de Almada não esteja sempre presente e ser lembrada até como fator de coesão dos Almadenses e de afirmação do nosso Município. Penso que as comemorações e o assinalar da data do 23 de julho que aqui muito bem nos trouxe não merece depois essa desconsideração, na minha opinião, em relação a tudo o resto e inclusivamente o que em relação a esta data também se faz. O equilíbrio é fundamental nas nossas intervenções, enfim eu não sei, não me lembro se o 24 de julho foi assinalado em Lisboa por exemplo, não dei conta que esse assunto fosse tratado e de facto o 24 de julho é a data que no plano nacional assinala o fim do Absolutismo. E se a data do 23 de julho é importante para Almada e é importante para a derrota dos absolutistas, o 24 de julho é importante para todo o País e para a nação portuguesa. E todos temos que fazer muito o nosso caminho, sobretudo num momento em que a independência nacional está posta em causa por razões que todos conhecemos, sabemos que esta aventura do nosso processo de integração europeia onde nos tem levado, sabemos os riscos que o País corre e pensamos que de facto assinalar estas datas é da maior importância para que a nossa vontade de sermos pelo menos um pouco soberanos possa estar sempre presente na nossa consciência. Agradeço também por isso, para que neste momento preciso em que sobre Portugal pesam ameaças estrangeiras a gente de facto afirme a nossa independência, a nossa soberania. Agradeço a sua intervenção também por isso.”

7 - Entrou-se no ponto 3.1 da agenda com a apreciação e votação da Proposta Nº 198/XI-3º de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada em reunião camarária de 06/07/2016, sobre “Desafetação do Domínio Público de parcela com área de 2.590 m², sita no Campo da



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Juventude ou Quinta da Areia, freguesia do Feijó” (alteração à deliberação publicitada pelo Edital nº 123/X-4º - construção de unidade de apoio à terceira idade)”, (**Conforme Anexo XXIX**).

7.1 - Para apresentação da referida Proposta usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

7.1.1 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O tema desta matéria a deliberar tem a ver com uma correção de uma deliberação anterior da Câmara e da Assembleia, que se prende com o facto de a área de terreno que tinha sido disponibilizada para que a Coopmel concretizasse o seu projeto de solidariedade não coincidia com aquilo que resultou do procedimento para a sua concretização. Estamos agora em condição de poder proceder à devida correção que consta da Proposta que os Srs. Deputados têm presente e assim ficam asseguradas as condições para que a Coopmel possa concretizar plenamente e regularizar o seu projeto solidário que tanta falta faz ao nosso Município.”

7.1.2 - Não havendo pedidos de uso da palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação da Proposta Nº 198/XI-3º, que foi aprovada por maioria com trinta e sete votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, de PS inclusive o Presidente da Junta da Freguesia da Costa da Caparica, do PSD, do BE, do CDS-PP e do PAN) e uma abstenção (de eleita Ind.), através da seguinte deliberação:

Deliberação

Na década de 90 o Município de Almada cedeu em direito de superfície duas parcelas de terreno onde foi construído o Centro Sociocultural de Apoio à Terceira Idade e Jardim de Infância, da Cooperativa Mista de Ensino do Laranjeiro (COOPMEL), sito no Campo da Juventude ou Quinta da Areia, na Freguesia do Feijó, hoje rua César Branco, nºs 50 e 52. Posteriormente e na Segunda Reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de junho de 2013, realizada no dia 1 de julho, a Assembleia Municipal por proposta da Câmara Municipal desafetou do domínio público municipal uma parcela de terreno em área envolvente ao Centro Sociocultural anteriormente referido, com 1850 m², para construção de uma unidade de apoio à terceira idade, junto e para complementaridade dos dois equipamentos já existentes.

A deliberação da Assembleia Municipal foi publicitada através do Edital nº 123/X-4º/2012-13, de 2 de julho de 2013.

Entretanto e face ao projeto apresentado pela COOPMEL para o referido novo equipamento de apoio à terceira idade, verifica-se que a área envolvente a afetar ao



domínio privado deverá ser de 2590 m² e não os 1850 m² deliberados em 1 de julho de 2013.

Considerando a importância para a comunidade almadense de um novo equipamento de apoio à terceira idade, sendo assim de interesse público, pelo que importa retificar a área a desafetar do domínio público municipal o que obriga a alteração da deliberação anteriormente tomada.

Considerando também o parecer concordante da Divisão de Gestão e Administração Urbanística 1.

Considerando ainda que a área total a desafetar não diminuirá ou afetará qualquer direito particular que, ponderado com o interesse público da operação imponha a não desafetação.

Nestes termos, a Assembleia Municipal de Almada, aprova a Proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião camarária de 6 de julho de 2016, sendo alterada a deliberação do órgão deliberativo aprovada em 1 de julho de 2013 e publicitada pelo Edital nº 123/X-4º/2012-13.

Assim a Assembleia Municipal de Almada ao abrigo e para os efeitos do artigo 25º, nº 1, alínea q), do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, delibera desafetar do domínio público municipal a parcela de terreno com 2.590 m², sem capacidade construtiva, sita no Campo da Juventude ou Quinta do Areia, Feijó, Concelho de Almada, confrontando a Norte com domínio público municipal, a Sul com Município de Almada e domínio público municipal, a Nascente com Município de Almada, e a Poente com domínio público municipal.

8 - Entrou-se no ponto 3.2 da agenda com a apreciação e votação da Proposta Nº 199/XI-3º de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada em reunião camarária de 20/07/2016, sobre “Alteração à Estrutura Orgânica dos Serviços Municipais”, (**Conforme Anexo XXX**).

8.1 - Para apresentação da referida Proposta usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

8.1.1 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Trata-se aqui também de dar corpo a um conjunto limitado de alterações à macroestrutura, lembrando que no ano passado, como é do conhecimento da Assembleia Municipal, aprovou a nova macroestrutura da Câmara Municipal. Durante este ano realizámos várias reuniões com os Serviços e demo-nos conta que haveria alguns acertos que se tornava necessário proceder. Assim em relação nas áreas do Departamento Jurídico entendeu-se ser necessário criar Gabinetes que permitissem uma intervenção mais profícua e mais dirigida da parte do Departamento e em relação às áreas da ação social e da intervenção comunitária e de intervenção solidária se quisermos entender assim, o desenvolvimento do trabalho apontou



para a necessidade de clarificar aquilo que deveria caber mais exatamente aos nossos serviços. E assim entendeu-se que se deveria constituir e dotar o Departamento de Equipamentos Culturais de meios para desenvolver a ação cultural que se pretende desenvolver e também precisar com maior rigor aquilo que é a nossa intervenção do Departamento de Intervenção Social e Habitação e mais precisamente de uma Divisão que se passaria a chamar Divisão de Intervenção e Integração Social para que o nosso trabalho de intervenção social possa ser mais aprofundado e mais profícuo.

Dá-se também forma mais precisa ao Gabinete de Apoio Municipal ao Associativismo que é um compromisso que temos para este Mandato e em relação ao qual apesar de algumas iniciativas tomadas não tinha ainda uma forma clarificada no que diz respeito ao seu conteúdo de intervenção e também se clarificou um procedimento de caráter legislativo relacionado com o facto de nós estarmos dotados de uma Autoridade Sanitária Veterinária Municipal e não só com um Serviço de Veterinário e também era necessário distinguir essas duas situações que estão mais conformes com aquilo que é o quadro legal em que estamos inseridos.”

8.1.2 - Não havendo pedidos de uso da palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação da Proposta Nº 199/XI-3º, que foi aprovada por maioria com vinte e dois votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do BE, do PAN e Ind.) e dezasseis abstenções (de eleitos do PS, inclusive o Presidente da Junta da Freguesia da Costa da Caparica, do PSD e do CDS-PP), através da seguinte deliberação:

Deliberação

Sob proposta da Câmara Municipal a Assembleia Municipal de Almada ao abrigo, nos termos e para os efeitos do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro, da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, com a alteração pela Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro e da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprovou a Orgânica dos Serviços Municipais.

A Estrutura Orgânica dos Serviços Municipais aprovada foi do modelo tipo de Estrutura Orgânica Hierarquizada, composta por quatro direções municipais, dezoito departamentos, e cinquenta e três unidades orgânicas flexíveis (número máximo) sedo 43 de 2º grau e 10 de 3º grau e duas equipas de projeto (número máximo).

A aprovação da Estrutura Orgânica assim como do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais foi realizada em reunião plenária no dia 27 de fevereiro de 2015, publicitada pelo Edital nº 285/XI-2º/2014-15, sendo depois publicada no Diário da República, 2ª Série, nº 47, de 29 de março de 2015.

A Estrutura Orgânica aprovada só foi possível devido à boa situação económica e financeira da autarquia pelo que não foi condicionada por imposições legais, permitindo assim ao Município de Almada dotar-se de uma estrutura orgânica mais conforme com as



necessidades de prestação de serviço público, que é seu dever garantir às populações com qualidade e eficiência, e prosseguir os objetivos estratégicos de desenvolvimento sustentável, solidário e eco-eficiente a que se propôs para a década que se iniciou em 2010.

Considerando a Proposta da Câmara Municipal submetida à Assembleia Municipal justificando que decorrido um ano da entrada em vigor da atual estrutura orgânica, o processo da implementação demonstra que esta requer, contudo, alguns reajustamentos e adaptações funcionais e orgânicas, ao nível da sua estrutura e de algumas unidades orgânicas flexíveis dentro do quadro e dos limites definidos.

Assim a Assembleia Municipal de Almada nos termos e para os efeitos do artigo 6º, do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro, e do artigo 25º, nº 1, alínea m), Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova a Proposta da Câmara Municipal nos precisos termos da deliberação camarária de 20 de julho de 2016, aprovando assim as seguintes alterações ao Anexo I ao “Regulamento de Organização dos Serviços Municipais de Almada”:

- 1 - Eliminar a alínea d), do artigo 17º, do Anexo I, transferindo a competência nela constante para o artigo 16º (Departamento de Salubridade e Espaços Verdes), por atualmente se encontrarem incorretamente enquadrada, uma vez que se trata de atribuição que é desenvolvida pela Divisão de Espaços Verdes, a qual se encontra integrada e na dependência funcional e orgânica direta do Departamento de Salubridade e Espaços Verdes.
 - 2 - Eliminar as alíneas n) e o), do artigo 6º, do Anexo I (Departamento de Intervenção Social e Habitação), por as competências nela previstas, atualmente, se encontrarem incorretamente enquadradas, visto tratarem-se de atribuições que se subsumem genérica e materialmente, bem como numa perspetiva funcional, nas atribuições que se encontram afetas ao Departamento de Cultura.
- 9 - Entrou-se nos pontos 3.3 e 3.4 da agenda com a apreciação e votação das Propostas N.ºs 200/XI-3º e 201/XI-3º de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada em reunião camarária de 20/07/2016, sobre “Aquisição de imóvel, prédio urbano, sito na rua da Cooperativa Piedense, nº 94, na Cova da Piedade” e “Aquisição de imóvel, prédio urbano sito na rua Bernardo Francisco da Costa, nº 34, em Almada”, (**Conforme Anexos XXXI e XXXII**), respetivamente.
- 9.1 - Para apresentação das referidas Propostas usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.
- 9.1.1 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:
- “Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;
- As deliberações que aqui se trazemos prendem-se com a aquisição por parte do Município do edifício localizado na Cova da Piedade. Por vicissitudes resultantes da Pluricoop entidade na



qual a Cooperativa Piedense estava integrada, veio à posse de um Fundo Imobiliário designado Fundo imobiliário Especial de Apoio às Empresas. Sabendo nós que existia disponibilidade deste Fundo Imobiliário para alienar o edifício, tendo em conta o valor histórico e simbólico que o edifício representa para o Movimento Operário e para a Cidade e para o Município de Almada, tendo em conta a importância de se promoverem processos de atratividade e polos de atração no núcleo da Cova da Piedade, na Freguesia da Cova da Piedade mais exatamente, tão atingida por processos de envelhecimento e tendo em conta também que associado a este processo de revitalização pode ser importante a criação de um serviço de importância municipal aos Cidadãos no formato de Loja do Cidadão, entendemos que poderíamos diligenciar no sentido da aquisição deste edifício. O valor patrimonial do edifício é de dois milhões trezentos e noventa e quatro mil duzentos e quarenta e sete euros, mais vinte e seis, dois milhões e quatrocentos mil euros, mais ou menos, e o valor da aquisição é de um milhão e setecentos mil. Um valor substancialmente abaixo do valor patrimonial que está em causa. Será com certeza, vindo à posse do Município, um importante instrumento para a revitalização da Cova da Piedade e também para a concretização de um projeto, assim se reúnam as condições de eventual criação de Loja do Cidadão naquele local. É uma intenção nossa, haverá que reunir outras condições, mas é também essa a intenção. Estamos a discutir a primeira proposta de aquisição de imóvel.

Referir que o outro projeto de deliberação que vem à consideração prende-se de facto com, já aqui vem referido com a aquisição do edifício que anteriormente serviu a EDP e que está localizado no centro de Almada, todos conhecem a localização, importante e conhecem as características do edifício, aliás com uma parte dos quais de obra de autor de Francisco Keil do Amaral, um importante arquiteto e tem esse valor patrimonial.

Esta possibilidade há muito tempo que vinha sendo aventada, também como é do conhecimento de todos, de há vários anos, chegou a ser considerado um valor superior a cinco milhões de euros por este edifício, na altura em que se propôs que pudesse vir a acolher a Loja do Cidadão em determinada fase. Não havia possibilidade de lá se chegar a uma verba com essa dimensão e nós sempre manifestámos interesse em relação àquele edifício, seja por causa da Loja do Cidadão, seja também pelo valor simbólico que aquele edifício tem. Aliás tem havido várias manifestações de bom acolhimento em relação à proposta que tem vindo de vários setores.

Na situação presente a EDP manifestou a possibilidade, em contatos que temos com alguma regularidade, a intenção de poder disponibilizar o edifício por um valor ligeiramente superior aos dois milhões de euros, e foi feita uma visita ao edifício. Na visita ao edifício verificou-se que o edifício tinha sido vandalizado e tudo aquilo que são as caixilharias, tudo o que era metal tinha sido vandalizado e retirado, e foi posta a questão à EDP de que ela devia limpar o edifício e propusemos-lhe este preço. Tendo em conta que no cálculo feito pelos nossos



serviços a limpeza do edifício seria uma coisa que custaria meio milhão de euros só essa limpeza. A EDP assumiu a limpeza do edifício (agradeço que ouçam) foi feita essa limpeza e aceitaram o preço de dois milhões de euros que lhe foi proposto. Nessas circunstâncias nós consideramos estar em condições de poder adquirir o edifício, negociando depois os mecanismos de pagamento.

Onde é que se coloca a questão do edifício? Eu agora peço desculpa mas já que estamos a falar nisso vou falar no conjunto. De facto nós não estamos em fim do Mandato, o Partido Socialista começa a estar em fim de Mandato e começa a fazer campanha, depois vamos começar a ter dificuldades na discussão das propostas, porque elas começam a ficar enviesadas pela discussão do processo eleitoral. Nós não consideramos estar em fim de Mandato e esta questão como é sabido foi colocada desde o início do Mandato. A questão da intervenção na Trafaria é uma questão que toda a gente conhece. A Trafaria, agora fala-se do abandono da Cova da Piedade, mas também houve o abandono da Trafaria e como isto, desculpem Srs. Deputados estão sempre a falar em abandono, é preciso perceber onde é que é que nós estamos, isto foi tudo abandonado, foi a Piedade, foi a Trafaria, está tudo abandonado. A Aroeira também foi abandonada há bocadinho e isto é uma desgraça completa e nem percebo como é que houve uma maioria nas últimas eleições, com tanto abandono. Eu também sou obrigado a considerar esta questão, acho que estamos a exagerar um bocadinho em matéria de abandono e a desvirtuar aquilo que pode ser a nossa responsabilidade pública e enquanto políticos para que as pessoas possam ajuizar devidamente os processos com que se confrontam. Nós também temos responsabilidades naquilo que dizemos e portanto acho que temos que ter a certeza que aquilo que dizemos influencia as outras pessoas. Nós não falamos aqui só para dentro da Assembleia, falamos também para as outras pessoas e aquilo que dizemos tem consequências e depois às tantas estamos a comer o amargo daquilo que dissemos antes. Eu não acho que isso seja uma boa maneira de fazer política, mas a democracia consente tudo e ainda bem, corrige-se a si próprio. Mas em relação a esta matéria dizer que a questão da Trafaria foi colocada desde o início e foi por isso que acolhemos muito bem a questão de poder haver uma área na Trafaria junto ao Presídio que pudesse vir à posse da Câmara e que pudesse desafogar o espaço, que o espaço nobre da Trafaria é uma entrada do nosso Concelho, a gente fala tanto de Cacilhas, já agora falemos um bocadinho daquela entrada na Trafaria que também é importante que seja qualificada. E isso veio naturalmente num quadro de arrasto de outro projeto que tínhamos que era um projeto também de há muito conhecido, também não é nenhuma novidade e que qualquer operador de Almada sabe que era necessário intervir no mercado de Almada, que tem uns telhados de amianto também toda a gente sabe com certeza que tem telhados de amianto e com certeza que quando se fizer obras no Mercado de Almada os operadores, ou aquilo fecha ou têm que ir para outro lado qualquer. E



naturalmente que a possibilidade que surgiu de se poder adquirir a Automonumental tem a ver com a requalificação da rua de Olivença e com as obras no Mercado de Almada. Foi assim que a coisa foi colocada, podendo os operadores que estavam no Mercado de Almada estar na garagem Automonumental, naturalmente não estão em boas condições, o telhado também oferece as mesmas condições que o outro tem, mas é temporário e permite manter alguma atividade. Obras no Mercado de Almada, obras na rua de Olivença, vamos ver como é que é. Não sei qual é que é o projeto, se vai ter parque de estacionamento por baixo, se vai ter parque de estacionamento por cima, se vai ser como o Mercado de Campo de Ourique, ou de outro lado qualquer. É uma discussão que temos que fazer com as pessoas que estão ali naquela zona, os comerciantes e as pessoas que lá estão. Mas de qualquer maneira passamos a ter com a aquisição da Automonumental duas âncoras para poder trabalhar no centro, que é a questão em Almada e a possibilidade de poder fazer na Trafaria.

As razões porque é que se fez e porque é que se fez agora. Porque foi agora que surgiu a oportunidade, nós andávamos há um ano a tentar negociar com o proprietário, foi necessário construir para que as coisas pudessem ter um valor equilibrado e pudessem ter sentido.

Edifício da EDP, quando começámos a negociar a questão, quando se colocou a questão do Edifício da EDP. É preciso dizer que o modelo da Loja do Cidadão não era compatível com a visão que nós tínhamos do que podia ser a Loja do Cidadão que já tinha evoluído muito desde o primeiro processo negocial. A AMA já tinha deixado de existir e aquilo que se pretendia era que as Câmaras pudessem tomar conta da gestão da Loja do Cidadão, num quadro em que o Governo anterior, também é preciso dizer, andava a fechar serviços públicos e via nas Lojas do Cidadão uma forma de juntar serviços, de afunilar serviços uma medida económica bestial com todos os danos que isso provocaria para os cidadãos e nós não eramos solidários com esse programa do Governo. Lojas de Cidadão de serviço, isto é para piorar o serviço público, nós não alinhávamos nisso. Mas não fechámos o lugar à discussão e fomos a Rio Maior e fomos a vários sítios ver onde estavam as novas Lojas do Cidadão que não apareciam em lado nenhum, o que havia era os balcões do Cidadão. E quando se começa o negócio com a EDP o quadro para a EDP não era Loja do Cidadão, vamos lá ver se a gente se entende. Não se pode dizer que vai ser aqui a Loja do Cidadão, não, o que estávamos era com um determinado Governo, as eleições não se tinham realizado, o processo negocial é necessário fazer e o que é que vamos fazer ali, e nós temos um projeto para Almada, as questões de envelhecimento de Almada não são as ARU que procuram melhorar e resolver, é também trazer jovens para dentro de Almada. Há muito tempo que discutimos com a Faculdade de Ciências e Tecnologia a criação de uma residência dentro do núcleo de Almada Velha, mais dentro da Cidade, que trouxesse para aqui jovens para dentro da Cidade. Há muito tempo que isso é sabido, isso até tem sido público, tenho ideia que já várias vezes essas questões foram referidas em Sessões Públicas



e até penso que em reuniões nossas esse assunto foi referido. Aquilo que se colocava é o que é que vamos fazer para trazer para dentro da Cidade esta juventude e este sangue novo que para aqui pretendemos trazer. Uma antena da Faculdade de Ciências e Tecnologia poderia ser uma solução, e foi isso que queremos concretizar. Como é que se concretiza a antena? Aquele edifício foi da EDP, a Faculdade de Ciências e Tecnologia tem uma componente forte nas áreas da energia, nós pagamos dois milhões de euros pelo edifício se a Faculdade de Ciências e Tecnologia se mobilizar no sentido de criarmos um laboratório e de um centro em torno das novas tecnologias naquela área. Já estou a ir um bocadinho além daquilo que devia dizer e todos compreendem é a curiosidade normal, vamos falar com quem na área da energia, não sei se com a EDP ou outra entidade que nos ajude a alavancar do ponto de vista financeiro o projeto. Agora é necessário a gente vir aqui dizer isto tudo? Despiro-nos, fazer aqui o striptease? Eu tenho ideia que apesar de tudo é bom mas temos alguma maneira, até porque são processos que não estão suficientemente consolidados e os Srs. sabem melhor do que eu que andam há mais tempo do que eu neste mundo do negócio ou pelo menos alguns daqueles que aqui estão sabem que estas coisas, nós construímos não por planeamento, pelo plano quinquenal, mas pelo processo de construção. Às vezes certas pessoas que foram tanto contra os planos quinquenais, eu fico a pensar que querem é o plano quinquenal aqui para Almada. Estou levado a crer que reverteram-se ao plano quinquenal. São processos que se vão construindo porque a sociedade, a gente tem que olhar para as oportunidades que se vão abrindo. E tem sido essa a nossa conduta.

Aquilo que está projetado para a EDP resulta do aproveitamento que pensamos que ter sido o melhor possível das oportunidades que se foram abrindo, temos um projeto que naturalmente, Mercado, EDP que está ao lado do Mercado, rua de Olivença, Automonumental pode reverter completamente uma área importante do centro de Almada, dar-lhe qualidade e permitir uma acessibilidade e uma ligação daquilo que é o eixo central que é a via do Metro com aquilo que é Almada antiga que é a zona dos Miradouros e a zona turística de Almada. Não temos projeto? Este pode não ser o bom projeto, mas é tentar aquilo que é uma dinâmica que está em desenvolvimento que é o projeto turístico com aquilo que é a zona central que precisa que essa vida lá seja levada. Este é o nosso, teremos outro, é um processo que está em discussão o projeto do centro de Almada, temos todas as condições e instrumentos para o poder discutir, para procurarmos os parceiros, para procurarmos mobilizar os recursos para concretizar os projetos. Antes não tínhamos. E se não comprarmos, se os que votam contra fossem a maioria continuaríamos a não ter, também é preciso dizer isto. É preciso assumirmos as nossas responsabilidades, continuaríamos a não ter, teríamos a coisa, mas o projeto não tínhamos. Precisamos de sobre esta matéria termos também alternativas claras para podermos trabalhar em conjunto, porque é bom que trabalhemos em conjunto nestes projetos que são de grande dimensão.



Temos intenção em relação à Cova da Piedade, não é a única iniciativa na Cova da Piedade e assim como temos em relação a outras áreas do território, nós não desistimos de continuar a ter uma linha comum em relação aos nossos parques, não foi por acaso que abrimos e fizemos um esforço tão grande em relação ao viaduto que une o Parque dos Crastos com o Parque da Paz, estamos a trabalhar para criar uma forma de acessibilidade e de usufruto por parte do Município que qualifique ainda o Parque da Paz na sua continuidade e que permita ali a realização de iniciativas culturais também que é uma forma que de há muito temos vindo a discutir para aumentar o seu potencial eventualmente, e estamos a trabalhar no sentido de que isso possa fazer uma zona muito próxima desse outro núcleo hoje central que é aquela área comercial do Feijó. Estamos a trabalhar, volto a dizer, a Cova da Piedade não é só a Pluricoop, estamos a trabalhar no Caramujo, na Romeira que ainda é Cova da Piedade, estamos a trabalhar em relação ao Jardim da Piedade, não foi por acaso que reverteu novamente à Câmara o Palácio, porque a nossa Associação de Professores não estava em condições de fazer a obra, para que a Câmara fizesse a obra de reparação. Não estamos a esquecer as coisas, agora que estamos a viver um período em que o investimento privado não é aquilo que gostaríamos que fosse e em que nós sentimos a responsabilidade enquanto entidade pública, procurar alavancar e qualificar para atrair, isso aí temos que fazer, sentimos que temos que fazer. É para fazer favores aos privados? Não. É para fazer aquilo que a nossa população esperaria de nós nesta situação tão complicada. E nós nunca dissemos que tínhamos o dinheiro para amealhar, nós temos o dinheiro naturalmente com critério para concretizar projetos. O dinheiro que a Câmara gere é dinheiro dos cidadãos, é dinheiro dos Almadenses, não é dinheiro da Câmara, é dinheiro dos Almadenses e portanto é com critério que naturalmente tem que ser utilizado e ser utilizado para procurar corresponder àquilo que esperam de nós e penso que é de nós todos. Eu não vejo mal na nossa discussão destes assuntos, antes pelo contrário, acho que permite-nos aprofundar, ir mais longe e não é no contraditório que está o problema, mas temos a obrigação de todos, de aprofundar também as nossas linhas de argumentação para que as coisas fiquem, se possam também clarificar porque o nosso interesse, estas batalhas muitas delas como se compreende são batalhas políticas, são batalhas de ordem política que é mau que fique uma força sozinha, mesmo que tivesse a maioria absoluta em todos os órgãos a bater-se pela sua dona. Nas circunstâncias em que estamos era bom que tivesse mais do que uma força política a bater-se por determinadas coisas, eu defendo isso e penso que quem tenha um bocadinho de consciência na situação em que vivemos pensaríamos que deveria ser assim. Porque não há nenhuma batalha ganha à partida, só no fim quando se faz as contas é que a gente sabe se ganhou ou se perdeu. E aquilo que ganhar é o que ganham os Almadenses. Os projetos que temos neste momento, o que é que temos para a Loja do Cidadão? Pode haver “n” locais, continuamos a falar com as pessoas, não fechamos aqui, continuamos a



falar com as pessoas. Há “n”, o único que podemos neste momento apresentar ao Ministério da Modernização Administrativa é este. Dizem, mas pode ser o outro da EDP. A EDP nós não podemos a meio do percurso estar a mudar a agulha a esta coisa, porque os nossos parceiros têm que saber com quem falam. Não é começarem a fazer esforços e organizarem-se e depois a gente diz assim, espera aí Faculdade de Ciência e Tecnologia, espera aí “x”, agora já não vai ser, vai ser a Loja do Cidadão ou vão caber os dois. Isso é bom a gente a falar, mas depois existem projetos, equipas de projetos, é preciso saber se as salas são 3x3 ou 4x8 e as coisas não são iguais se vamos trabalhar num sentido ou se vamos trabalhar noutro. É um rumo que está aqui, ninguém garante neste momento que aquilo que é o nosso projeto à partida seja definitivamente assegurado, está na nossa capacidade fazer com que assim seja.

Neste momento para conversarmos com as entidades que temos que conversar é sermos claros, não podemos ir para a entidade que queremos que nos vá ajudar a alcançar financeiramente o projeto da EDP sem saber o que queremos, dizer, não metade vai ser para aquilo a outra metade vai ser para outro. Não pensamos que neste momento estejamos em altura de fazer essa discussão. Na altura é aquilo que aqui temos. Se infelizmente e por qualquer razão que só atrasará o projeto isto puder correr para outro lado, cá estaremos para continuar a falar. Agora o que nós neste momento precisamos é decidir se queremos comprar ou se não queremos comprar os edifícios, essa é que é a questão. Por muita volta que a gente dê, vamos ter todos que votar isto, ou sim, ou não para a aquisição dos edifícios.”

9.1.2 - No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Maria Odete Alexandre, Pedro Oliveira, António Salgueiro, José Joaquim Leitão; António Pedro Maco e João Geraldês, Nuno Avelar Pinheiro, Pedro Matias e o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

9.1.2.1 - A Sr.^a Deputada Municipal Maria Odete Alexandre (Ind.):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu quero saudar o Sr. Presidente da Câmara pela aquisição deste imóvel, por várias razões. A primeira porque penso que está a fazer um bom negócio, porque os Fundos Imobiliários vão passar a pagar IMI e portanto estão desejosos de se ver livres das suas possessões, porque isso vai honorá-los bastante e penso que terá tido em conta quando negociou o preço deste imóvel. Depois pelas razões históricas que acabou de expor, e ainda por uma outra razão, é porque como acabou de dizer também está no seu pensamento que este edifício possa destinar-se a uma Loja do Cidadão.

Eu tenho o orgulho de lhe dizer que fui a primeira pessoa nesta Assembleia Municipal há muitos anos, quando ainda integrava o Grupo do PS, a propor a criação de uma Loja do Cidadão, já lá vão muitos anos. O Sr. Vereador José Gonçalves está a fazer-me sinais de que se lembra perfeitamente dessa proposta, foi uma proposta que foi depois assumida por todas as Bancadas, toda a gente aderiu a essa proposta, o assunto foi sendo sempre adiado,



umas vezes por razões financeiras, outras por razões em que o edifício não correspondia ao padrão que a Direção das Lojas do Cidadão assim desejavam, mas penso que finalmente vamos ter dois em um, a ocupação de um edifício que estava de facto em risco de poder vir a degradar-se por não ser utilizado e também porque vai ser utilizado num objetivo que me dá muito prazer pessoalmente.”

9.1.2.2 - O Sr. Deputado Municipal Pedro Oliveira (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O Bloco de Esquerda relativamente a esta Proposta gostaria de referir o seguinte, e com uma nota pessoal, para quem vive há seis décadas e meia no Concelho de Almada, tendo vivido, residido um terço deste período na Cova da Piedade, não pode deixar de estar muito atento à Proposta agora em apreciação. E esta atenção é uma atenção expectante, na perspetiva da concretização daquilo que é sugerido que é a Loja do Cidadão.

Neste Mandato, em anteriores Mandatos o problema da Loja do Cidadão no Concelho de Almada tem revestido uma importância muito especial e não é forçoso que todos os serviços à população se concentrem na Freguesia de Almada, agora na chamada grande Freguesia. A colocação de serviços com a importância que terá a Loja do Cidadão ser na Cova da Piedade corresponderá inevitavelmente a um processo de revitalização da Cova da Piedade. Todos sabemos que muitos dos moradores da Cova da Piedade referem amiúde que é uma Freguesia que tem sido esquecida, que não tem havido toda a atenção. E penso que esta Proposta que é aqui apresentada pelo Executivo deve merecer uma reflexão muito aturada de todos os Srs. Deputados Municipais. Todos somos chamados a intervir relativamente a este problema. A importância para todo o Concelho, mas gostaria aqui de referir que não estando na Proposta a situação dos trabalhadores da Cooperativa Piedense, não sendo da responsabilidade, como é lógico, da Câmara, não pode deixar de ser salvaguardada. É um problema importante o futuro dos trabalhadores que ainda desempenham funções na Cooperativa e ainda são algumas dezenas. O património cultural da Cooperativa deve ser também da nossa reflexão. Qual vai ser o futuro, será que eventualmente o Município vai precaver um espaço próprio que será eventualmente o Museu da Cooperativa, com tudo aquilo que existe? Penso que são assuntos que devem ser analisados. Pensamos também relativamente ao valor, não tendo valores comparativos parece-nos na base que podemos fazer da avaliação é que se trata de um valor que pode ser considerado razoável, tendo em atenção tal como já foi dito aqui o valor patrimonial tributário. De qualquer forma o Bloco de Esquerda não pode deixar de aproveitar para reafirmar a preocupação que tem e que é com certeza comum a todos os Deputados Municipais em relação a alguns aspetos da Cova da Piedade, como são os silos do Caramujo, como é o problema da Casa do Professor, como é fora da Cova da Piedade a Quinta do Almaraz, em Cacilhas. São problemas que existem, que persistem e que nós devemos ter resposta. De qualquer forma em relação a esta



Proposta o Bloco de Esquerda considera que estão reunidas condições para que esta Proposta mereça a aprovação desta Assembleia Municipal.”

9.1.2.3 - O Sr. Deputado Municipal António Salgueiro (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Estamos perante a apresentação de duas propostas pela Câmara Municipal para aquisição de mais dois imóveis totalizando a verba de 3.700.000 (três milhões e setecentos mil euros).

Se há uns meses atrás as propostas relacionadas com a aquisição da garagem na Av. D. Afonso Henriques e dos imóveis sítos na Trafaria e que vieram aqui há Assembleia Municipal não se apresentavam devidamente fundamentadas, na opinião do PSD, desta vez a Câmara procurou retificar essa falta de fundamentação com a indicação dos valores patrimoniais tributários, o que só vem demonstrar que assumem o erro que cometeram naquela altura.

Mas vamos à análise das propostas de hoje.

Começando pela primeira na Cova da Piedade, o edifício da antiga Cooperativa Piedense e terreno adjacente para estacionamento não coberto e destinada, segundo anuncia a Câmara à possibilidade de aí se poder vir a instalar a Loja do Cidadão.

No que se refere a esta proposta, é verdade que a Cova da Piedade precisa de ser revitalizada e se encontra de certa forma esquecida, mas sem pôr em causa a necessidade que há muito vimos defendendo da concretização da Loja do Cidadão em Almada, não nos parece que a localização que a Câmara agora aponta seja a melhor para o benefício dos cidadãos do concelho.

Por outro lado, ao contrário do que já foi aqui afirmado, pensamos que é um mau negócio e o preço do custo deste imóvel parece-nos completamente despropositado e inflacionado, a que acresce a dificuldade nas acessibilidades e no estacionamento e que iria estrangular ainda mais a Cova da Piedade.

Relativamente à proposta para a compra do antigo edifício da EDP na Rua Bernardo Francisco da Costa verifica-se que a aquisição pelo preço de 2.000.000 (dois milhões de euros) se apresenta equilibrada e representa uma oportunidade de negócio vantajosa já que estamos aqui a falar de cerca de 5.500 m².

Já no que se refere à intenção por parte da Câmara de aí instalar um projeto, que considera de elevado interesse estratégico, em parceria com a Faculdade de Ciências e Tecnologia e com outras entidades privadas do sector da energia, parece-nos uma boa ideia, mas devido às grandes dimensões deste imóvel, parece-nos também que seria aí o local mais adequado para instalar a Loja do Cidadão. Até porque pensamos que os dois projetos sugeridos pela Câmara não são incompatíveis, a Loja do Cidadão e a Promoção de Políticas de energias alternativas.



Este imóvel reúne, também do ponto de vista urbanístico e interesse público, a melhor localização estratégica também para a reabilitação e revitalização do centro da Cidade de Almada.

Para finalizar, permitam-me que solicite a informação se a Câmara fez alguma vistoria aos dois imóveis e qual o relatório sobre o seu estado de conservação e também no que se refere ao imóvel da Cova da Piedade se existem ainda lojas a funcionar no local.

Obrigado!"

9.1.2.4 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Vou-me debruçar sobre esta Proposta, mas referindo-me também à Proposta seguinte que se pode associar do ponto de vista, pelo menos da política seguida pela Câmara em termos de aquisições no meio urbano consolidado.

Nós antes de mais gostávamos de sinalizar um aspeto que já foi referido pelo PSD, mas penso que apesar de tudo é relevante, que é de que tivemos no passado recente duas Propostas apresentadas pela Câmara que não tinham o mínimo de fundamentação que pudesse justificar um voto favorável ou sequer uma abstenção, neste caso concreto há que referir que foi dado um passo em frente, há algum cuidado, não tanto em fundamentar e no fundo justificar as aquisições numa perspetiva estratégica, mas há pelo menos a disponibilidade para acrescentar um conjunto de dados minimamente indispensáveis como é o caso do valor patrimonial, que foi um dado a que não tivemos acesso nas duas Propostas votadas em Sessão anterior.

Relativamente a esta nova política da Câmara no que diz respeito à aquisição de prédios urbanos, há que referir um aspeto, penso eu ser evidente para todos nós e eventualmente para uma grande parte dos nossos Cidadãos, durante três anos a Câmara quanto a essa matéria não tomou iniciativas significativas e vamos agora já em seis milhões de aquisições no tecido urbano. Será que há um plano global de revitalização do meio urbano consolidado, do meio urbano mais antigo? Será que há um propósito estruturado? A Câmara sabe o que é vai fazer em cada espaço? E sabe qual é o destino que lhes vai dar? Sabe quais é que são os meios financeiros que vai mobilizar para concretizar esses objetivos? Se sabe, nós não sabemos, porque não é apresentado de forma cabal esse desígnio, esse projeto, essa vontade. O que nós sabemos é que no que diz respeito a estes dois casos em concreto, são referidos dois fins eventuais, mas de forma cautelosa para não haver um compromisso excessivo e definitivo. Há possibilidade de relativamente à Piedade ser instalada a Loja do Cidadão. E relativamente ao edifício da EDP haver um projeto que envolve alguns outros parceiros e pode candidatar-se a Fundos Comunitários. Sr. Presidente, com toda a boa vontade eu não posso deixar de assinalar que é muito pouco. É muito pouco e não chega para justificar uma alteração de política e para justificar uma mobilização de recursos



financeiros desta ordem na aquisição de edifícios, porque nós obviamente também podemos discutir se os preços são ou não são adequados nestes casos concretos, considerando os valores patrimoniais. Aparentemente e numa primeira abordagem nós não pomos em causa a justeza dos preços a que chegaram. Portanto, objetivamente há dados que no fundo militam a favor dessa decisão, agora, o que não há é dados que justifiquem o investimento em função dos objetivos. Isso não há e também não há elementos suficientes que nos permitam compreender como é que a Câmara de um momento para o outro, em fim de Mandato desata a fazer aquisição de prédios urbanos. Não se percebe, não se percebe e devia ser explicado. E como não se percebe e devia ser explicado, nós não podemos votar a favor destas Propostas a não ser que o Sr. Presidente nos surpreenda nesta Sessão com explicação detalhada e exaustiva sobre o projeto que está em causa e que nós ainda não conseguimos descortinar.”

9.1.2.5 - O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Esta Proposta, nomeadamente de aquisição da Cooperativa Piedense que é apresentada nesta mesma Assembleia, à partida será uma Proposta bem vinda, poderá levar à revitalização daquele espaço da Cova da Piedade que entendemos que está abandonado e esquecido durante muitos anos. De qualquer maneira a pergunta que o CDS-PP faz e penso, e acreditamos, queremos crer que assim seja, que este espaço da Cooperativa Piedense tenha as devidas características para instalação da Loja do Cidadão. Portanto, a pergunta é se foi feita alguma vistoria e se tendo em conta as dimensões e as características do espaço, isto para quê, para nos salvuardarmos de depois não vir depois a Agência de Modernização Administrativa dizer mais uma vez que não serve ou que o pé alto está fora da Lei, ou porque existem outras situações que não estão contempladas na própria Lei e vai a Câmara Municipal neste caso fazer a aquisição de um imóvel destas dimensões e depois na altura o objetivo da finalidade acabe por ser outro senão ficarem salvuardadas estas mesmas condições.”

9.1.2.6 - O Sr. Deputado Municipal João Geraldês (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

A CDU naturalmente que saúda a vinda desta Proposta a esta Assembleia Municipal e saúda também a proposta seguinte, aproveitando a embalagem da discussão em conjunto, falaria já sobre as duas situações. Nós entendemos que o essencial destas propostas se prende com uma visão de interesse público que a CDU assume que está no seu programa eleitoral e que merece o acordo, mereceu a aprovação da maioria da população do Concelho de Almada. Esta é a questão essencial que motiva a vinda a esta Assembleia Municipal de duas propostas de aquisição de espaços nobres, de espaços importantes do nosso tecido urbano consolidado, espaços historicamente importantes quer o edifício da Cooperativa Piedense e em



particular esse, mas também o da EDP, e espaços que devem permanecer sempre foram e devem permanecer como espaços de urbanização pública. Pensamos que a decisão da Câmara Municipal de Almada de avançar para a aquisição destes espaços, assim como os outros que discutimos aqui anteriormente se prende com essa visão de interesse público que sobretudo temos que salvaguardar e garantir que são espaços que no futuro poderão ser utilizados pela população e não utilizados em nome ou em interesses de outra natureza que não interesse público. Esta é a questão essencial.

Não discutimos a questão do valor, porque o dinheiro público quando é investido para defender o interesse público é obviamente bem negociado. Nem sequer passa pela cabeça de ninguém, independentemente da cor política que defenda, partir do princípio que se, se defende o interesse público se está a negociar de uma forma interesseira. E portanto nem sequer discutimos o problema do valor. Mas o Presidente da Câmara disse aqui que o valor patrimonial tributário do edifício da Cova da Piedade é substancialmente superior ao valor pelo qual a Câmara Municipal de Almada vai, e o documento comprova-o, o documento que nós estamos aqui a discutir comprova-o. Portanto, qualquer insinuação sobre eventual mal tratamento desta questão é puramente insultuosa. A CDU obviamente vai votar favoravelmente estas duas propostas e saúda vivamente uma vez mais a Câmara Municipal de Almada pelo arrojo da decisão em adquirir estes dois espaços essenciais do nosso tecido urbano consolidado.”

9.1.2.7 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Tenho de confessar que gostei de muitos dos aspetos da intervenção do Sr. Presidente, embora como é meu dever uma vez que fui eleito por outra força política e estou aqui numa arena política em que nós nos devemos confrontar com lealdade e de forma construtiva, eu vou cumprir esse meu dever e vou obviamente contrapor um conjunto de ideias apresentadas pelo Sr. Presidente, ideias que eu considero válidas e relativamente às quais eu tenho o compromisso e o dever de me bater por elas. Não está em causa que os recursos municipais sejam utilizados na revitalização da Cidade, nem está em causa que esses recursos sejam utilizados na aquisição de espaços para a concretização de projetos válidos. Quando esses projetos são projetos válidos e são demonstrados como válidos e são aceites como válidos pelo Partido Socialista, o Partido Socialista não tem a mínima dúvida, a mínima questão de se associar à maioria CDU no voto favorável a esses projetos. Mas, o que está aqui em causa é exatamente isso, o que está aqui em causa é exatamente isso. Porque as explicações que são dadas não são suficientes. Eu não ponho em causa que o Sr. Presidente tenha um projeto para Almada, não ponho em causa que a CDU tenha um projeto para Almada, que se bata por ele, o que está em causa é saber se estas propostas concretas são suficientemente fundamentadas ou não. É isso que está em causa. Não vale a



pena atirar areia para os olhos uns dos outros a fingir que é outra coisa que está em causa. Não está em causa nem a honorabilidade das pessoas, nem o empenho que têm em resolver os problemas dos Almadenses, não. O que está em causa é concretamente estas propostas e relativamente às questões que foram sendo aventadas, há de facto contradições. Contradições ou pelo menos diferenças de opinião e essas diferenças de opinião são legítimas. Diz o Sr. Presidente que a aquisição da Automonumental era imprescindível para resolver o problema das obras do Mercado e da rua de Olivença, é óbvio que era necessário haver uma solução temporária para responder a estas necessidades, isso não temos dúvidas. Mas na Sessão anterior, na Sessão em que se discutiu este assunto, viu-se que havia também a possibilidade de manter o aluguer, e quando há uma necessidade temporária e há uma possível solução temporária, não vamos pela solução definitiva que tem gastos superiores e tem um impacto mais permanente visto que não há justificação para isso. O que pode justificar o Automonumental e eu acho que é possível que haja projetos em Almada que justifiquem a aquisição, é um projeto definitivo e esse projeto definitivo continua a não estar presente. E enquanto não estiver presente a solução apresentada não tem a devida fundamentação. Tenho imensa pena Sr. Presidente mas isto parece-me perfeitamente assente e transparente, e não posso concordar consigo quando apresenta a fundamentação que apresenta como sendo suficiente, porque ela de facto não é suficiente, independentemente de poder haver razões válidas, só que essas razões não foram explicitadas e portanto não podem ser consideradas.

Relativamente à Loja do Cidadão, a Sr.^a Deputada Odete Alexandre referiu a Loja do Cidadão como um grande desígnio da Cidade que foi passando ao longo do tempo, foi sendo assumida, nunca foi contestada digamos frontalmente por nenhuma força política e portanto nós podemos considerar que é também até certo ponto um projeto transversal e uma ideia que une o conjunto das forças políticas, mas exatamente por a Loja do Cidadão ser importante, por ser um projeto que deve ser acautelado por não dever levar àquilo que o Sr. Presidente disse que era, à desvalorização dos serviços, pelo contrário a Loja do Cidadão tem de ser um projeto que valorize os serviços e que serve o cidadão de forma acrescida, era importante nós termos uma abordagem aprofundada da Loja do Cidadão, um estudo sobre o que é que os Almadenses veem na Loja do Cidadão, que problemas é que querem que a Loja do Cidadão responda, qual é a melhor localização para a Loja do Cidadão. Porque independentemente de se justificar a aquisição deste ou daquele espaço para este ou aquele projeto, concretamente no que diz respeito à Loja do Cidadão justificava-se um cuidado acrescido sobre a localização relativamente ao conjunto do Concelho. As valências que deve ter, as características que tem que respeitar, obviamente que há um conjunto de aspetos que resultam do que são os requisitos gerais do projeto Loja do Cidadão, mas depois há um conjunto de aspetos que têm a ver com as implementações concretas e portanto devia haver



uma abordagem rigorosa, sustentada que permitisse responder da forma mais completa e satisfatória às necessidades do Concelho.

O Sr. Presidente sustentou as suas posições e como eu lhe disse, houve muitas passagens em que nós nos revemos e não pomos em causa, agora é necessário discutir as coisas.

O Sr. Presidente perguntou, “é necessário vir aqui dizer isto tudo?” É necessário. Sr. Presidente é claro que é necessário, não há nenhuma dúvida, é para isso que serve a Assembleia Municipal, é para o Sr. Presidente vir aqui explicar as coisas e prestar contas. O Sr. Presidente quando diz isso certamente expressou-se mal, porque eu não atribui ao Sr. Presidente este tipo de intenção, é exatamente para isso que existe a Assembleia Municipal, o Sr. Presidente tem o dever e nós temos também o dever e o direito de exigir que o Sr. Presidente venha cá prestar os esclarecimentos todos e dizer exatamente o que é que pretende fazer com os recursos municipais e de forma é que pretende servir os cidadãos.”

9.1.2.8 - O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Primeiro que tudo frisar que o CDS-PP não se opõe e não tem nada contra que a Loja do Cidadão possa vir a ser instalada na Cova da Piedade, antes pelo contrário. Com certeza que haverá outras formas de revitalização e de requalificação de outras zonas do Concelho que poderão passar também por outras entidades e por outra estratégia que não a Loja do Cidadão. Agora, eu penso Sr. Presidente e visto que na opinião do CDS-PP o Sr. Presidente não foi no nosso entendimento claro relativamente à questão do CDS-PP, e volto a perguntar se estão salvaguardadas as exigências mínimas colocadas pela Assembleia Municipal de Almada para que aquele edifício da Cooperativa Piedense possa vir a albergar a Loja do Cidadão, porque isso é importante até pelo arrastar de toda esta situação e que todos nós temos conhecimento, não só neste Concelho como no Concelho vizinho e noutros Concelhos também do País, é importante que fique aqui até para que os Deputados Municipais possam votar com o devido esclarecimento se aquele edifício tem e se o Sr. Presidente pode já aqui afirmar se tem todas as condições mínimas exigidas pela Assembleia Municipal de Almada para que depois de futuro não seja adquirido com dinheiro dos Cidadãos Almadenses e depois o edifício não vir a ter condições para instalação da Loja do Cidadão que penso que é um facto que todos concordamos pelo menos da nossa parte não temos qualquer problema que fique instalado na Cova da Piedade, antes pelo contrário.”

9.1.2.9 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Nós não estamos sozinhos no mercado, quando se vem ter com a Câmara perguntarem se estamos interessados em qualquer coisa, também não nos perguntam só a nós, perguntam a outros. A questão da Automonumental é uma dessas. Ou pegas ou não pegas. Nós tínhamos a possibilidade de pegar na medida em que tínhamos alguma utilização do espaço e a



possibilidade de não termos a Automonumental também existe. E volto a dizer, o negócio constituiu-se porque houve a Automonumental e houve a Trafaria, porque se calhar se houvesse só a Automonumental não sei se a gente tinha fechado o negócio, também é preciso dizer isso. Mas voltamos a dizer, indo agora à outra questão, nós estamos aqui para prestar todos os esclarecimentos que nos solicitem e por aquilo, por nossa consciência e por nosso dever, mais por nosso dever temos obrigação de colocar e de informar os Srs. Deputados, mas todos também compreendem que há processos de desenvolvimento do negócio que não temos interesse público no momento em todos os momentos em estar aqui a revelar. Eu não sei em relação àquilo que são as grandes questões de Estado, se tudo aquilo que se passa nas reuniões dos membros do Governo com as Administrações dos Bancos são colocadas na Assembleia da República, em termos de inquérito parlamentar talvez, mas fora de um quadro de oportunidade não sei se vale a pena, não estou a dizer que, não estou a fugir a nenhuns esclarecimentos, agora enfim dizer por exemplo se havia outras entidades interessadas nos edifícios da Cova da Piedade, ou no edifício da Automonumental, ou no edifício da EDP e que a oportunidade que tínhamos podia não se concretizar, não sei se ganharia alguma coisa com isto, neste momento estarmos a dizer. É provável que houvesse. Não estávamos provavelmente sozinhos no terreno, agora há uma opção que a gente tem que assumir, nós temos condição neste momento para além daquilo que é a Automonumental servir de suporte para as obras do Mercado e para as obras da rua de Olivença. Volto a dizer, temos a possibilidade de urbanisticamente darmos outra coerência e outra qualidade, naturalmente num projeto discutido com todos, aquela área e aquele espaço. Temos essa possibilidade. Não nos acontece por exemplo, como no Ginjal. O Ginjal estamos condicionados, estamos dependentes. Vamos entregar na quarta-feira. Não entregaram na quarta-feira. Vamos entregar daqui por um mês. Não entregam daqui por um mês. De que forma é que a gente os obriga a entregar? Acham que devemos colocar o centro de Almada e os núcleos da Cova da Piedade com o mesmo grau de incerteza que temos no Ginjal, em que nunca sabemos quando é que acaba nem sequer onde é que começa? Acham que é isso que Almada merece? Acho que não. Se temos a possibilidade de ter os instrumentos do nosso lado vamos a eles. Vamos agarrar esses instrumentos para poder atuar. É esse. Podemos dizer estão errados por não ter feito uma parceria bestial, mas então digam qual é o outro parceiro que está disposto a fazer isso, e estamos dispostos e continuamos abertos a que os parceiros apareçam, assim eles apareçam para fazer. Já dissemos que em relação ao edifício da EDP estamos à procura de uma parceria, assim como procuraremos um parceiro do Ministério da Modernização Administrativa para a Loja do Cidadão, já o afirmámos e a partir do momento que seja formalizado e o Tribunal de Contas que em definitivo se pronunciará sobre esta matéria der a oportunidade podemos formalizar junto do Ministério as diligências necessárias para concretizar este projeto. Agora estamos



convencidos que, tendo em conta aquilo que foi o historial que houve em torno das Lojas do Cidadão e aquilo que nós conhecemos das outras Lojas do Cidadão, que aquele espaço tem condições, é evidente.

E agora surgiu aqui uma coisa qualquer completamente diferente e que já não é assim, não posso dizer isso, isso não posso jurar, agora de certeza absoluta não ficamos à espera dessa certeza absoluta, agora que é o que corresponde daquilo que conhecemos aí pelo País fora de espaços que foram destinados a Loja do Cidadão e que alguns se vieram a concretizar como Loja do Cidadão, porque os que não se concretizaram foi por outras razões que não propriamente por arquitetura, tem todas as condições. Conhecemos aquele espaço suficientemente bem para saber que tem essa condição para poder fazer esse acolhimento e portanto, dizem há um estudo. Não, não há nenhum estudo específico de a Loja do Cidadão. As condições para espaço dentro daquilo que foram as nossas recolhas de opiniões, pensamos que sim que é um bom ponto de partida. Naturalmente terá que ter adaptações, é normal, mas tem a condição para poder acolher a Loja do Cidadão, isso é o que lhe posso dizer.

Era o que vos queria dizer neste momento. Foi uma oportunidade que a partir de um projeto que temos se foi construindo, e as oportunidades que vão surgindo nós procuramos na medida dos nossos recursos e das nossas possibilidades aproveitá-las e criar condições para as concretizar. Não é nenhuma varinha mágica que nos diga está tudo feito o projeto está acabado. Penso que não é possível neste momento garantir, nem ninguém garante aqui, no Porto, em Viseu, onde quer que seja dizer que tem aqui um projeto do princípio ao fim, na altura em que faz a aquisição do edifício já sabe quando é que aquilo vai acabar. Se conhecerem alguém onde isto aconteceu, agradeço que me digam que eu serei o primeiro a falar com essa pessoa para ela me ensinar, nos ensinar a nós como é que se faz. Mas agradeço que me digam para eu poder conhecer essa pessoa. Agora quando há uma entidade que compra, faz ao seu ritmo, uma entidade privada ou outra qualquer fará ao seu ritmo, é proprietário. Nós neste caso teremos a possibilidade de construir tal como a nossa população assim o entenda neste momento e se, se concretizar o projeto que temos em cima da mesa.”

9.1.2.10 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Avelar Pinheiro (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Aquilo que me preocupa nesta questão é precisamente o eu achar que estamos a fazer aquilo que em linguagem popular se chama pôr o carro à frente dos bois. Ou seja, estamos, se a Assembleia aprovar a adquirir instrumentos importantes, sem dúvida. Eu neste caso concreto o edifício da EDP é provavelmente o edifício arquitetonicamente o edifício mais interessante do centro de Almada, pelo menos da parte mais moderna de Almada e portanto só por si poderia justificar. Agora é necessário saber o que se quer fazer, é necessário



inserir essas compras e esses instrumentos num pleno para o centro de Almada. E eu acho que não só não há um plano acabado como nós aqui não discutimos absolutamente nada desse plano. Portanto é isto que me custa, e custa-me votar contra a compra de um edifício que eu considero que deve pertencer ao Município, custa-me votar contra a compra de um edifício em relação ao qual tenho ligações afetivas, embora me digam que já passei por tempos muito difíceis nele na Cooperativa Piedense, mas a compra dos edifícios é um instrumento não é um fim e aquilo que nós deveríamos estar a discutir antes de falar nos edifícios eram os planos para o centro de Almada, eram os planos para a Piedade. Aliás a Piedade eu devo dizer, não acho que a Piedade não está desvitalizada quanto isso. Os problemas da Piedade têm mais a ver com o abandono de edifícios municipais, edifícios que já estão abandonados há vinte e cinco anos, que estão em ruínas, e quanto a mim uma situação absolutamente escandalosa que a vida da Cova da Piedade mantém-se relativamente inalterada. Eu moro lá há praticamente vinte anos e além disso a Cova da Piedade vai ter brevemente um impulso bastante grande que vai aliás retirar pessoas ao centro de Almada, que é o hipermercado penso que o Pingo Doce que está a ser construído na avenida Rainha D. Leonor. Portanto eu penso que não tanto esse problema da revitalização da Cova da Piedade, que o problema de revitalização da Cova da Piedade é um problema que se resolve de outras maneiras, embora eu possa compreender a questão em relação à Cooperativa Piedense. Mas de facto o que me faz confusão é que não estamos aqui a discutir o que devíamos estar aqui a discutir, devíamos estar aqui a discutir o que é que queremos fazer no centro de Almada, o que é que queremos fazer na Piedade e não vamos comprara isto ou vamos comprar aquilo porque surge uma oportunidade.”

9.1.2.11 - O Sr. Deputado Municipal Pedro Matias (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu só queria trazer aqui duas ou três considerações que o Partido Socialista acha que são importantes também para o debate, mas dar aqui uma primeira nota. O Partido Socialista não está em campanha eleitoral ainda, também não tem seis milhões para comprar edifícios, senão também compraríamos provavelmente. Mas para trazer aqui uma questão que é importante, o Sr. Presidente tem vindo aqui e é recorrente também, tem vindo aqui hoje e esta noite tem insistido de que existe uma estratégia para Almada. Se há justificação, se há um momento para justificar que não existe nenhuma estratégia para Almada é a compra destes quatro edifícios. Sr. Presidente aqui disse há pouco que há três anos valiam cinco milhões o da EDP e agora comprou por dois. O Sr. Presidente fez a estratégia para Almada baseada na sorte, só pode ser. Mas deixe que lhe diga outra coisa, só comprou também o edifício da Automonumental de Almada e na Trafaria porque dois elementos do PSD, na noite da eleição faltaram, porque se cá estivessem o Sr. não tinha comprado nada, outro fator de sorte que o Sr. teve, eu chamo-lhe sorte, podia chamar outra coisa. Outro fator sorte.



Também lhe queria dizer aqui outra coisa, o Sr. Presidente fez aqui a apologia que é importante, de que o segredo é a alma do negócio. É verdade a alma é o segredo do negócio, o Sr. Presidente tem canais próprios e o Partido Socialista está disponível sempre com os Srs. Vereadores e com os Deputados Municipais e com os líderes da bancada, para que o Sr. Presidente ou ligue, ou telefone, ou chame e converse. Portanto, provavelmente o Partido Socialista hoje não vota contra porque o Sr. Presidente não pode invocar hoje que votamos contra porque o segredo é a alma do negócio, não, o Sr. tem canais próprios e é verdade, é o caso dos bancos, o Governo, há questões que são faladas e que têm os seus canais. Portanto o Sr. teve a oportunidade durante este tempo de conversar.

Só mais uma coisa que eu acho que também é importante. Também ninguém acredita que a aquisição de quatro edifícios vão alavancar esta Freguesia de Almada, portanto a União de Freguesias ou a Trafaria, Sr. Presidente, ninguém acredita nisso, é preciso muito mais do que isso, é preciso continuar a trabalhar e é preciso se calhar olhar pelo tipo de propostas para colar a estas se conseguir adquirir os imóveis.”

9.1.2.12 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sorte. Não sei o que lhe diga, nós temos uma estratégia, procuramos concretizá-la, por vezes de facto as coisas conjugam-se, é possível, mas há outras que temos azar. O Sr. Deputado também sabe com certeza que em relação à Estrada Florestal da Costa da Caparica, uma importantíssima obra, temos tido azar de as Infraestruturas de Portugal não conseguirem falar com a Conservação das Florestas há mais de um ano. E já temos um novo Governo, por acaso, e também continuam a não falar uns com os outros. E estamos em risco de não conseguir termos a Estrada mais um ano feita, porque nós não vamos fazer. Falando em campanhas eleitorais nós não vamos ter a Estrada Florestal empencada durante a época balnear 2017, desenganem-se. Ou se começa agora a obra e o Instituto das Florestas e as Infraestruturas de Portugal se entendem e o Governo tem obrigação de os fazer entender, ou então nós não vamos fazer a Estrada Florestal para ela estar em obra durante a época balnear 2017, e com certeza responsabilizaremos os responsáveis por isso. Também temos azar, está a ver Sr. Deputado. Às vezes também temos azar, é a vida. E quando a sorte nos sorri o nosso dever é aproveitar os momentos de sorte, é aproveitar para bem das pessoas e acreditamos que eventualmente temos a graça de ter a sorte e que isso também nos dá força. Mas quando temos azar também temos que ter a coragem de lutar para contrariar esses azares. E dizer-vos isto, contam sempre connosco nas sortes ou nos azares, mas desenganem-se, não se faz só com a compra, mas tudo tem que começar por alguma coisa e seria pior estarmos aqui hoje a discutir porque é que aqueles edifícios foram adquiridos pela entidade tal e porque é que nós não os comprámos por aquele preço, e a certeza que vos gostaria de ver ao Partido Socialista nesse papel de nos acusarem de não termos feito a



compra. Quando a sorte nos sorriu não aproveitámos a sorte, estamos a quere aproveitar a sorte também para que possamos concretizar aquilo que pensamos que todos desejamos e que não surjam entraves a esse projeto. Estamos muito mais à vontade tendo os edifícios no nosso lado do que estarmos aqui, porque é que não os adquirimos, porque é que a Cooperativa Piedense com tanto prestígio e tanto valor simbólico que foi um instrumento dos trabalhadores e dos operários não só da Cova da Piedade mas praticamente de toda esta região, porque é que esse edifício agora era um edifício eventualmente de “x”, com utilização que não tenha nada a ver com aquilo. Ao estarmos aqui a discutir porque é que a EDP é vendida por dois milhões de euros quando esteve a cinco milhões e que podia ser um importante instrumento de desenvolvimento do centro de Almada, porque é que nós não o adquirimos, ou porque é que não fazemos as obras do Mercado de Almada. Isso é que era mau estarmos a discutir é o porque é que não. E com certeza que haverá muitas situações de o porque é que não. Ainda há pouco no início da nossa reunião e estamos cá também para assumir as nossas responsabilidades, quando dizem porque é que não estão feitas as infraestruturas da Aroeira, sim senhor, também cá estamos, porque é que não. Mas se podemos dizer porque é que sim, então porque é que sim. Houve oportunidade, tivemos sorte, vamos fazer, é isso que podemos dizer. Contem connosco nas horas boas, nas horas más. Mas neste momento pensamos que é uma hora boa e era bom que em torno disto não ficassem amargos e os nossos problemas existenciais deixemos lá para casa, aqui trata-se de decidirem.”

9.1.3 - Não havendo mais pedidos de uso da palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação das Propostas:

9.1.3.1 - A Proposta Nº 200/XI-3º, que foi aprovada por maioria com vinte e dois votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do BE, do PAN e Ind.), onze abstenções (de eleitos do PS, inclusive o Presidente da Junta da Freguesia da Costa da Caparica, e do CDS-PP) e cinco votos contra (de eleitos do PSD), através da seguinte deliberação:

Deliberação

A Câmara Municipal de Almada ao saber da intenção de venda do edifício da antiga “Sociedade de Consumo Piedense” - propôs ao atual proprietário “Fundo Imobiliário de Apoio às Empresas” a sua compra pelo Município, tendo para o efeito negociado as condições.

O referido imóvel popularmente conhecido e reconhecido de “Cooperativa Piedense”, destinado a comércio e estacionamento não coberto, tem uma área total de 1.390,80 m².



A Câmara Municipal vem solicitar à Assembleia Municipal autorização para aquisição do referido imóvel, aduzindo para tanto que:

- 1 - Pela sua génese pelo seu simbolismo e ligação estreita com a história dos últimos 120 anos do Concelho e das suas populações, o edifício da antiga “Sociedade de Consumo Piedense” assume-se como património edificado merecedor do interesse municipal, numa perspetiva da sua preservação e manutenção na esfera social e pública, preservando assim a memória daquela que foi uma das maiores cooperativas de consumo do país.
- 2 - Numa área onde o processo demográfico revela tendência de estagnação ou mesmo de redução, com o evidente envelhecimento da população e conseqüente impacto negativo e de redução da atividade económica deste território, as características do edifício da antiga “Sociedade Cooperativa Piedense”, permitem uma intervenção com resultados a curto prazo de reabilitação e revitalização da atividade económica da comunidade local, nomeadamente com as possibilidades que se colocam para o projeto da “Loja do Cidadão”, que há muito se ambiciona para o Concelho.
- 3 - Do ponto de vista urbanístico, a localização estratégica do imóvel, permite a sua afetação a usos de interesse público, podendo constituir um importante numa estratégia de revitalização urbana do Pólo da Cova da Piedade, a conveniência e oportunidade da sua aquisição, para a instalação de equipamentos e serviços âncora.

Assim a Assembleia Municipal de Almada, ao abrigo, nos termos e para os efeitos do artigo 25º, nº 1, alínea i), do Anexo I, a que se refere o nº 2, do artigo 1º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, autoriza a Câmara Municipal a adquirir, a título oneroso, pelo preço de 1.700.000,00€ (um milhão e setecentos mil euros) o prédio urbano, sito na rua da Cooperativa Piedense, nº 94, na Cova da Piedade, Concelho de Almada, descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Almada sob o nº 341/19851119, da freguesia de Cova da Piedade, inscrito na matriz predial urbana da União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas sob os artigos 3530 e 5187, com os valores patrimoniais tributários respetivos de 2.392.247,10€ e 26.636,13€, propriedade do Fundo Imobiliário Especial de Apoio às Empresas, gerido e representado por TF Turismo Fundos - SGFIL, S.A., com o NIPC 720010950, nos precisos termos da deliberação camarária de 20 de julho de 2016.

9.1.3.2 - A Proposta Nº 201/XI-3º, que foi aprovada por maioria com vinte e dois votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do BE, do PAN e Ind.) e dezasseis abstenções (de eleitos do PS, inclusive o Presidente da Junta da Freguesia da Costa da Caparica, do PSD e do CDS-PP), através da seguinte deliberação:

Deliberação



Considerando que a Câmara Municipal de Almada ao ter conhecimento que se encontrava para venda o prédio onde funcionou a “EDP-Almada”, sito na rua Bernardo Francisco da Costa em Almada, ajustou com o proprietário do imóvel “EDP Distribuição - Energia S.A.” a possibilidade de compra pelo Município de Almada.

Considerando que o imóvel, destinado a serviços, é composto por três corpos com dois, três e quatro andares e tem uma área bruta privativa de 5.445,78 m².

Considerando também que a Câmara Municipal apresenta ideias para a sua utilização, expondo:

- 1 - Trata-se de um grande imóvel da Cidade, situado na articulação do seu eixo central e turístico e na confluência de duas ARU (Almada Velha e Cacilhas), a aquisição deste imóvel se apresenta como Pólo importante para o processo de reabilitação e revitalização do centro da Cidade, nomeadamente do seu tecido socioeconómico, permitindo visionar um projeto de elevado interesse estratégico, associado à promoção de políticas de energias alternativas e de baixo carbono, de parceria com a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova (UN/FCT) e com entidades privadas associadas ao setor de energia, e que, desejavelmente, se pretende que seja a EDP.
- 2 - A finalidade projetada para o futuro deste imóvel, a desenvolver com base numa parceria entre o Município, a UN/FCT e entidades privadas do setor energético, permitirá perspetivar uma alavancagem financeira das obras de reabilitação com fundos comunitários, no âmbito do “Portugal 2020”, e com fundos próprios das entidades envolvidas.
- 3 - Do ponto de vista urbanístico, a localização estratégica do imóvel, permite a sua afetação a usos de interesse público, bem como a disponibilidade de área, potenciadora de usos que ajudam a vivência da Cidade, podendo constituir um importante legado para a gestão futura do território, propiciada pela presença do Município como potencial e atual proprietário de imóveis de referência no coração da cidade.

Pelo que a Assembleia Municipal de Almada, ao abrigo, nos termos e para os efeitos do artigo 25º, nº 1, alínea i), do Anexo I, a que se refere o nº 2, do artigo 1º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, autoriza a Câmara Municipal a adquirir, a título oneroso e pelo preço de 2.000.000,00€ (dois milhões de euros), o prédio urbano sito na rua Bernardo Francisco da Costa, nº 34, em Almada, no Concelho de Almada, descrito na 1ª Conservatória do Registo Predial de Almada sob o nº 1014/19960327 da freguesia de Almada, inscrito na matriz predial urbana da União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas sob o artigo 1851 com o valor patrimonial tributário de 2.401.050.00€ propriedade de EDP Distribuição - Energia S.A com o NIF 504394029.

9.2 - Usou da palavra O Sr. Deputado Municipal António Salgueiro para uma declaração de voto.



9.2.1 - O Sr. Deputado Municipal António Salgueiro (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Declaração de Voto

Declaração de voto sobre as propostas da Câmara Municipal de Almada sobre a aquisição de imóvel, prédio urbano, sito na Rua da Cooperativa Piedense, nº 94, na Cova da Piedade, edifício da antiga Cooperativa Piedense (Proposta 1) e sobre a aquisição de imóvel, prédio urbano, sito na Rua Bernardo Francisco da Costa, nº 34, em Almada, edifícios das antigas instalações da EDP (Proposta 2).

Sobre a Proposta 1

O PSD votou contra esta proposta, por considerar que representa um mau negócio para o município já que o preço de aquisição se cifra em € 1.700.000 (um milhão e setecentos mil euros) e correspondendo a uma área total de 1.390,80 m².

Acresce ainda o facto de a Câmara Municipal anunciar nesta proposta a intenção de ser encarada a possibilidade de se destinar ao projeto da Loja do Cidadão, que o PSD há muito defende que deve ser instalada no Concelho de Almada, mas que no que respeita aquela localização iria estrangular ainda mais o trânsito na Cova da Piedade, muitas vezes caótico a determinadas horas do dia e sem qualquer resposta no que toca ao estacionamento para os cidadãos.

Sobre a Proposta 2

O PSD absteve-se na votação desta proposta, por considerar que se trata de um bom negócio para o município, já que é uma aquisição pelo preço de € 2.000.000 (dois milhões de euros), mas aqui a proposta é equilibrada já que se refere a cerca de 5.500 m². Não votámos a favor porque a Câmara ainda não sabe muito bem o que é quer fazer destes terrenos e dos edifícios, fala apenas vagamente na implementação de um projeto que diz ser estratégico e em parceria com a FCT e outras entidades privadas do sector energético, mas não concretiza o que é verdadeiramente.

Neste local, é aquele que o PSD considera ser o mais adequado no Concelho para a instalação da Loja do Cidadão, porque reúne todas as condições indispensáveis e sustentáveis de acessibilidades e do ponto de vista urbanístico. Por outro lado achamos que o projeto da Loja do Cidadão a instalar neste local é perfeitamente compatível com o projeto de promoção de políticas de energias alternativas que a Câmara diz idealizar para o lugar.”

10 - Entrou-se no ponto 3.3 da agenda com a apreciação e votação da Proposta Nº 202/XI-3º de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada em reunião camarária de 20/07/2016, sobre “Relatório do 5º ano de exercício de Monitorização de Operação de Reabilitação da Área de Reabilitação Urbana Simples de Cacilhas”, (Conforme Anexo XXXVIII).

10.1 - Para apresentação da referida Proposta usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.



10.1.1 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

A Proposta está no essencial apresentada, o Relatório de Monitorização da Operação, os Srs. Deputados tiveram a possibilidade de se debruçarem sobre ele. O projeto de Reabilitação de Cacilhas tem várias componentes, nós em relação àquilo que foi concretizado, no que diz respeito à rua Cândido dos Reis e esse espaço é de facto muito importante e é qualquer coisa que hoje todos reconhecem como positivo, mas ainda há muito a fazer em Cacilhas, todos temos consciência disso e naturalmente isso teria que nesta avaliação não deixaria de estar presente, quer em relação ao Largo Alfredo Dinis, quer em relação ao Pólo Museológico da Marinha, quer em relação ao restante plano de pormenor.

Em relação ao Pólo Museológico da Marinha as coisas estão encaminhadas quer com o Comando da Marinha, quer pela nossa parte, no quadro dos programas comunitários, poderá ser talvez a primeira obra que avançará cuja concretização avançará assim como a obra está no PORLisboa, no Programa Comunitário. Esperemos que as sanções anunciadas não venham a afetar o financiamento da obra, pelo menos na parte que cabem aos Fundos Comunitários, mas estão as coisas preparadas para que o projeto possa avançar e naturalmente aquele núcleo museológico terá ali muita importância também na revitalização daquele espaço.

A outra área também falámos há pouco nas questões do Ginjal e naturalmente está muito articulada com o Largo Alfredo Dinis e com a requalificação daquele espaço, temos algumas preocupações em relação ao início da obra do Ginjal, terá algumas questões de programa de execução tendo em conta que a entrada de viaturas na zona de intervenção e a circulação de viaturas na zona de intervenção não será coisa fácil de resolver. A gente diz é necessário fazer, mas depois é preciso que os camiões entrem lá, e não ter que entrar no espaço onde está o Farol e o Farol, o edifício não é da propriedade dos donos do resto do Ginjal. Há ali umas coisas para resolver, mas esperamos que tudo corra bem, mas temos essa preocupação e que voltamos a dizer é uma grande praça de entrada e de visita da nossa Almada e não nos devemos só aos sucessos, os sucessos é bom, temos que continuar a vigiar e a orientarmo-nos e a ter presente que os êxitos não basta vê-los naquele dia, é necessário que as coisas sejam consolidadas e mantidas. Há depois a vida própria que esses espaços ganham e também é necessário olhar para eles e continuar a tomar medidas, mas também depois em relação àquilo que há que fazer que é necessário dar continuidade, ainda há aqui muito que fazer em relação a toda esta área. É isto que gostava de dizer nesta oportunidade.”



10.1.2 - Não havendo pedidos de uso da palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação da Proposta Nº 202/XI-3º, que foi aprovada por unanimidade, através da seguinte deliberação:

Deliberação

Nos termos do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, aprovada pela Lei nº 32/2012, de 14 de agosto, determina o seu artigo 20-A de que “A cada cinco anos de vigência da operação de reabilitação urbana, a câmara municipal deve submeter à apreciação da assembleia municipal um relatório de avaliação da execução dessa operação, acompanhado, se for caso disso, de uma proposta de alteração do respetivo instrumento de programação”.

Em cumprimento da lei a Câmara Municipal submete à Assembleia Municipal o Relatório de Avaliação da Operação de Reabilitação Urbana de Cacilhas respeitante ao período de cinco anos, desde a sua publicação em Diário da República em 16 de maio de 2011 até ao dia 16 de maio de 2016.

O relatório apresentado dá conta do exercício de gestão da Área de Reabilitação de Cacilhas, evidenciando os processos, resultados, ameaças e potencialidades.

A Operação de Reabilitação Urbana tem o seu enquadramento no Plano Diretor Municipal ao preconizar em termos de objetivos estratégicos de desenvolvimento o “Reforço e Equilíbrio da Rede Urbana do Concelho e do seu papel na Região” e a “Melhoria do Ambiente Natural e do Ambiente Construído” e concretiza relativamente à qualificação do espaço urbano a necessidade de “Salvaguarda e Valorização dos Núcleos Históricos”.

Também as Opções do Plano do Município fixa, na linha de orientação 1.10, a necessidade de “promover a Reabilitação Urbana e a dinamização das áreas urbanas consolidadas, nomeadamente nas áreas delimitadas como Área de Reabilitação Urbana (ARU)”.

Registo para alguns dados quantitativos da intervenção na ARU de Cacilhas:

a) Investimento em espaço público

- Espaços exteriores	423.338,07€
- Chafariz	35.202,60€
- Poço	17.990,32€

b) Património edificado:

- Número estimado de edifícios na ARU de Cacilhas	76
- Edifícios reabilitados com candidatura ARU	12
- Edifícios reabilitados por iniciativa própria	7
- Edifícios reabilitados com outros programas	6
- Edifícios candidatados em tramitação	4
- Fogos reabilitados em candidatura ARU (*)	91



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

- Fogos devolutos em candidatura ARU (*)	26
- Investimento privado candidatado na ARU	1.911.028,80€
- Subvenção a fundo perdido do município	144.655,55€
- Rácio investimento privado/subvenção	13,21
- Valor médio por m ² de reabilitação em ARU	380,27€
- % da subvenção camarária/investimento global (**)	7,57%

(*) - Apenas foram contabilizados os fogos dos edifícios alvo de candidatura à ARU

(**) - Foi apenas contabilizada a subvenção camarária direta a fundo perdido. Não cabe neste âmbito avaliar o montante do apoio municipal indireto resultante das isenções sobretudo de IMI e IMT, componentes significativas dos apoios globais.

Registo também para o modelo organizacional seguido, a imagem cooperativa e proactiva dos serviços para com os requerentes e o carácter inovador das medidas adotadas pelo município são um fator decisivo para o sucesso da operação de reabilitação.

Atente-se que se está perante um processo de regeneração extremamente rápido que, em cinco anos, modificou radicalmente toda a área de intervenção.

Atente-se que há cinco anos atrás, Cacilhas, porta de entrada na área central da cidade, possuía cerca de 30% dos seus fogos devolutos, sendo que com os processos de reabilitação candidatados no âmbito da ARU, dos 96 fogos intervencionados, 26 estavam devolutos e neste momento todos se encontram ocupados e na sua esmagadora maioria no regime de arrendamento. Tal constitui uma medida importante de sucesso no sentido da regeneração urbana de uma zona em declínio.

Com cinco anos de exercício, e no que diz exclusivamente respeito à reabilitação do edificado, poder-se-á dizer que a esmagadora maioria dos edifícios apresenta um estado de conservação regular ou mesmo bom, alvo das inúmeras intervenções que se têm registado e das que se encontram em curso.

Assim a Assembleia Municipal de Almada nos termos e para os efeitos do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, artigo 20º-A, nº 2, da Lei nº 307/2009, de 23 de outubro, alteração pela Lei nº 32/2012, de 14 de agosto, e do artigo 25º, nº 2, alínea k), do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, delibera aprovar:

O Relatório de Monitorização da Operação de Reabilitação da Área de Reabilitação Urbana Simples de Cacilhas, referente ao 5º ano de vigência, nos precisos termos da deliberação camarária de 20 de junho de 2016.

11 - Foi concluída a ordem de trabalhos assim como a agenda da Sessão.

12 - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, do Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssimo Senhor Joaquim Estevão Miguel Judas e dos Vereadores Excelentíssimos/as Senhores/as Joaquim Estevão Miguel Judas; José Manuel Raposo Gonçalves; António José



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

de Sousa Matos; Rui Jorge Palma de Sousa Martins; Maria do Carmo Mira Borges; Francisco António Fernandes Navarro; Francisca Luís Baptista Parreira; Maria Teodolinda Monteiro Silveira e António José Pinho Gaspar Neves.

13 - Foi verificada a presença na Reunião dos Jornalistas, Senhora Sandra Guerreiro do Boletim Municipal DIRP - CMA e TV Almada, e de trinte e cinco Srs. Múncipes.

14 - Foi entretanto requerido a aprovação da Minuta da Ata, que foi aprovada por unanimidade.

15 - Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião eram 23H55 do dia 27 de julho de 2016.

16 - Por ser verdade se elaborou a presente Ata, que vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____

A 1ª SECRETÁRIA _____

A 2ª SECRETÁRIA _____